



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, agosto/2003

**MINISTRO DA FAZENDA**

Antônio Palocci Filho

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Bernard Appy

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Joaquim Vieira Ferreira Levy

**CHEFE DE GABINETE**

Paulo Márcio Neves Rodrigues

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Almério Cançado de Amorim

José Antônio Gragnani

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Bento André de Oliveira

Daniel Sigelmann

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2<sup>o</sup> andar  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 9, n. 7, jul. 2003. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em julho, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 1,7 bilhão, levando o resultado acumulado no ano para R\$ 30,9 bilhões, valor equivalente a 3,52% do PIB estimado para o período, 0,56 ponto percentual acima do valor de 2002. O Tesouro Nacional contribuiu com superávit de R\$ 4,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 2,4 bilhões e R\$ 29,5 milhões, respectivamente.

*O resultado primário do Governo Central em julho foi de R\$ 1,7 bilhão.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	JUN 2003	JUL 2003	JAN-JUL 2002 2003	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>25.121,8</b>	<b>29.595,5</b>	<b>177.817,1</b>	<b>202.811,2</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>18.950,3</b>	<b>23.188,3</b>	<b>140.348,1</b>	<b>161.050,6</b>
I.1.1 Receita Bruta	20.483,3	24.502,5	143.904,9	165.651,3
I.1.2. (-) Restituições	-1.533,0	-1.314,2	-3.457,5	-4.600,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-99,3	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>6.171,5</b>	<b>6.407,2</b>	<b>37.469,0</b>	<b>41.760,6</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>4.227,2</b>	<b>4.013,8</b>	<b>32.121,5</b>	<b>36.097,9</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>20.894,6</b>	<b>25.581,7</b>	<b>145.695,7</b>	<b>166.713,3</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>20.097,3</b>	<b>23.846,0</b>	<b>123.599,7</b>	<b>135.706,4</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>6.444,9</b>	<b>7.702,1</b>	<b>41.627,0</b>	<b>44.773,8</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>7.979,9</b>	<b>8.813,0</b>	<b>45.577,1</b>	<b>53.568,2</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>5.609,0</b>	<b>7.265,1</b>	<b>36.395,6</b>	<b>37.035,9</b>
IV.3.1. Despesas do FAT	420,1	987,6	3.973,3	4.233,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	311,9	438,8	548,4	1.432,1
IV.3.3. Outras Despesas	4.877,0	5.838,7	31.874,0	31.370,2
<b>IV.4. Transferência ao Banco Central</b>	<b>63,4</b>	<b>65,7</b>	<b>0,0</b>	<b>328,5</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>797,3</b>	<b>1.735,7</b>	<b>22.095,9</b>	<b>31.007,0</b>
V.1. Tesouro Nacional	2.605,7	4.141,6	30.204,0	42.814,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.808,5	-2.405,8	-8.108,1	-11.807,6
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>2,5</b>	<b>-29,5</b>	<b>-364,9</b>	<b>-101,3</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>799,8</b>	<b>1.706,2</b>	<b>21.731,0</b>	<b>30.905,7</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,96%</b>	<b>3,52%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIÇÕES ACUMULADO: JUL2003/JUL2002	
DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>14,1%</b>
Tesouro	14,8%
Previdência	11,5%
<b>Transferências</b>	<b>12,4%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>14,4%</b>
<b>Despesas</b>	<b>9,8%</b>
Benefícios	17,5%
Pessoal	7,6%
Custeio e Capital	1,8%

Seguindo o comportamento do mês anterior, o resultado de julho refletiu, entre os principais fatores, i) as restituições do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referentes ao segundo lote do calendário de 2002, no valor de R\$ 1,3 bilhão; e ii) a aceleração das despesas discricionárias do Tesouro Nacional, R\$ 909,1 milhões superiores ao registrado em junho, e R\$ 1,6 bilhão acima da média de gastos dos cinco primeiros meses do ano. Além disso, a transferência de recursos para pagamento da primeira parcela do abono salarial

*A exemplo do que ocorreu no mês anterior, o resultado de julho refletiu restituições do IRPF (R\$ 1,3 bilhão) e a aceleração nas despesas discricionárias (R\$ 909,1 milhões).*

*Em julho, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 3,7 bilhões em relação a junho.*

*Efeitos sazonais referentes ao IRPJ e CSLL contribuíram para o resultado de julho.*

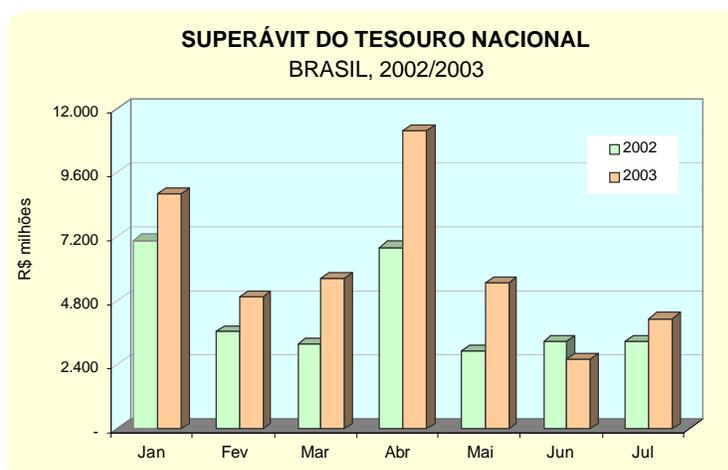
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-JUL (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receita Total	24,27%	23,19%
Transferências	4,38%	4,12%
<b>Receita Líquida</b>	<b>19,89%</b>	<b>19,07%</b>
Despesa Total	16,93%	15,55%
<b>Resultado Primário</b>	<b>2,96%</b>	<b>3,52%</b>

*O perfil do superávit primário do Governo Central tem tido uma sazonalidade próxima à observada em 2002.*

(PIS/Pasep), com efeito sobre as despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), também contribuíram para um maior dinamismo das despesas. As despesas de pessoal cresceram em função do reajuste linear de 1% para o funcionalismo público, com pagamento em julho retroativo a janeiro, e à incorporação da vantagem individual de R\$ 59,87, retroativo a maio. Houve, também, aumento dos gastos previdenciários, em decorrência do reajuste de 19,71% dos benefícios com valores superiores ao salário-mínimo.

Por outro lado, a arrecadação do mês cresceu devido ao pagamento sazonal referente à primeira cota e cota única do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e à parcela trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, com efeito sobre a receita da cota-parte de compensações financeiras.

No ano, o resultado primário do Governo Central foi R\$ 9,2 bilhões superior ao obtido em igual período de 2002. De um lado, houve expansão da receita líquida em R\$ 21,0 bilhões (14,4%), e, de outro, o comportamento menos dinâmico da despesa, a qual suplantou em R\$ 12,1 bilhões (9,8%) o acumulado até julho do ano passado. Como proporção do PIB, o aumento do resultado primário no ano (0,56% ponto percentual) se deu apesar da diminuição da “carga tributária”, isto é, a retração na receita líquida em 0,82 ponto percentual do PIB.



As receitas do Tesouro Nacional (líquidas de restituições e incentivos fiscais) cresceram R\$ 20,7 bilhões (14,8%) no ano, espelhando parte do crescimento do PIB em termos nominais e a depreciação da taxa de câmbio (na comparação de janeiro a julho de 2003 contra o mesmo período do ano passado). Em relação ao PIB, no entanto, a participação desse agregado sofreu redução de 0,77 ponto percentual, explicada, em boa medida, pela ausência de

receitas atípicas expressivas este ano, relativamente a 2002. Ademais, outros fatores afetaram negativamente o nível de arrecadação de 2003, tais como: i) decisões judiciais desfavoráveis no âmbito da Contribuição por Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); ii) redução de alíquotas do IPI e do Imposto de Importação (II); e iii) menor dinamismo da atividade industrial, mais tributada em relação ao setor agropecuário, cujo crescimento tem-se destacado este ano.

As transferências a entes subnacionais cresceram R\$ 4,0 bilhões em termos nominais (12,4%). No entanto, caíram cerca de 0,26 ponto percentual do PIB, reflexo da redução das receitas partilhadas este ano *vis-à-vis* igual período de 2002. Conforme já descrito, os ingressos atípicos, concentrados particularmente no Imposto de Renda, não se repetiram na mesma intensidade este ano, e o IPI está sujeito aos efeitos das decisões judiciais desfavoráveis à União. Por outro lado, vale ressaltar o aumento das transferências de *royalties*, em função da arrecadação da cota-parte de compensações financeiras observada até o mês passado. Em agosto, com o pagamento sazonal de julho da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, o montante de recursos transferidos pelo Tesouro deverá aumentar. Da mesma forma, deverão aumentar as transferências constitucionais, devido ao pagamento da cota única e primeira cota do IRPJ.

As despesas de pessoal e encargos sociais apresentaram crescimento de R\$ 3,1 bilhões (7,6%) em relação ao período de janeiro a julho de 2002. Em percentual do PIB, no entanto, observou-se redução dessas despesas em 0,57 ponto percentual. A despesa com custeio e capital, por sua vez, cresceram R\$ 640,2 milhões (1,8%), reduzindo sua participação em relação ao PIB em 0,74 ponto percentual. Embora tenha sido constatada aceleração dos gastos discricionários do Tesouro Nacional em junho e julho - indicando que os órgãos gestores despenderam um percentual maior dos recursos disponibilizados pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, o desembolso pelos órgãos até julho encontra-se abaixo do limite autorizado. Observa-se no período que os Ministérios diretamente ligados a ações sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) seguem utilizando a quase totalizada dos recursos disponibilizados (94,2% de seus limites de pagamento), ao passo os demais Ministérios, onde há maior grau de discricionariedade, a utilização é menor (70,3%).

Por fim, o déficit da Previdência Social (Regime Geral da Previdência Social - RGPS) foi de R\$ 11,8 bilhões até julho, tendo crescido R\$ 3,7 bilhões (45,6%) em relação a igual período de 2002. Em percentual do PIB, o déficit do RGPS passou de 1,11% para 1,35%. O aumento no déficit previdenciário é

**RESULTADO DO TESOURO NACIONAL  
BRASIL, JAN-JUL (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receitas do Tesouro (*)	19,1%	18,4%
Transferências	4,4%	4,1%
Despesas do Tesouro	10,6%	9,4%
<b>Resultado Primário</b>	<b>4,1%</b>	<b>4,9%</b>

(\*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS  
BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Constitucionais	25.988,36	27.447,86
Desoneração do ICMS	2.305,70	2.570,31
Demais	3.827,42	6.079,70
<b>Total</b>	<b>32.121,47</b>	<b>36.097,86</b>

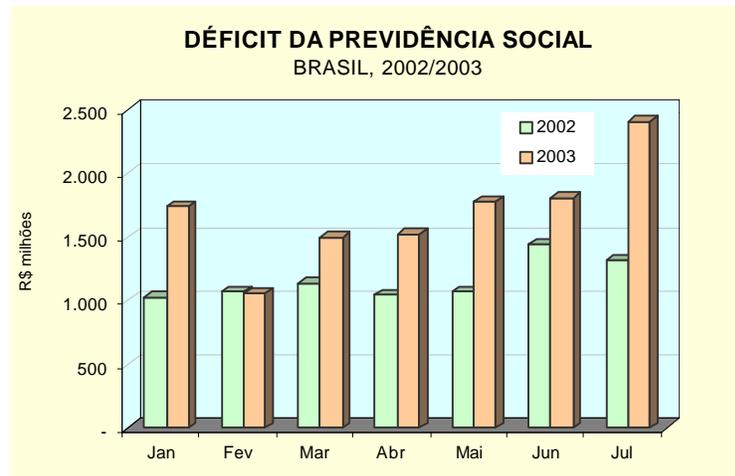
*Em agosto próximo, as transferências a estados e municípios deverão crescer em função da arrecadação de julho do IRPJ e da cota-parte de compensações financeiras.*

*Observa-se crescimento das despesas discricionárias desde junho e julho, o que indica maior utilização dos recursos disponibilizados pelo Tesouro.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA JAN-JUL (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Contribuição	37,5	41,8	11,5%
Benefícios	45,6	53,6	17,5%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-8,1</b>	<b>-11,8</b>	<b>45,6%</b>

consequência do maior dinamismo dos gastos com benefícios (cresceram 17,5% no ano), impulsionados pelos reajustes do salário-mínimo acima da inflação e reajuste dos demais benefícios, bem como pela ampliação do contingente de beneficiários. A trajetória da receita de contribuições (crescimento de 11,5% no ano), por sua vez, manteve-se abaixo do crescimento da massa salarial nas principais capitais estimada pelo IBGE (aproximadamente 14,9%).

*O déficit da Previdência Social cresceu em julho devido ao reajuste de 19,71% dos benefícios com valores superiores ao salário-mínimo.*



### **Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*A receita bruta do Tesouro superou em R\$ 4,0 bilhões a arrecadação de junho, devido a fatores sazonais, como os pagamentos da primeira cota e cota única do IRPJ e da CSLL.*

Em julho de 2003, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 24,5 bilhões, montante esse R\$ 4,0 bilhões superior a junho, devido principalmente a fatores sazonais, descritos a seguir. No âmbito das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal (SRF), destacam-se os pagamentos da primeira cota e cota única do IRPJ e da CSLL referente ao segundo trimestre encerrado em junho. A arrecadação desses dois tributos ficou R\$ 1,5 bilhão acima da observada no mês anterior. Os tributos com apuração semanal tiveram aumento de arrecadação devido ao maior número de semanas de fatos geradores em julho, refletido no IRRF (R\$ 764,3 milhões), na CPMF (R\$ 546,5 milhões) e no IOF (R\$ 75,7 milhões).

As demais receitas do Tesouro ficaram R\$ 1,3 bilhão acima das observadas no mês de junho. Esse resultado é explicado em grande medida pelo recolhimento do pagamento trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural. Vale destacar que em julho essa receita totalizou R\$ 924,2 milhões, inferior à arrecadação ocorrida em abril, de R\$ 1,6 bilhão. Tal redução é explicada, principalmente, pela queda do preço do barril no mercado internacional e pela apreciação cambial, ocorrida entre os dois trimestres.

A receita de julho também foi positivamente afetada pelos pagamentos no âmbito do programa de Parcelamento Especial (Paes), que totalizaram R\$ 200,0 milhões.

### Boxe 1 – Parcelamento Especial (Paes)

O Paes é um programa de parcelamento especial de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O referido programa foi instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, sendo que no âmbito da SRF e da PGFN sua regulamentação está definida na Portaria Conjunta nº 1, de 25 de junho de 2003.

A Lei nº 10.684 permitiu o parcelamento em até 180 meses para todos os débitos para com a SRF e a PGFN, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, vencidos até 28 de fevereiro de 2003. O débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido, sendo o número de parcelas restringidas por um piso mínimo para o valor mensal, conforme escala definida no texto legal.

O contribuinte que aderir ao programa será beneficiado com a redução de 50% da multa de mora ou de ofício, sendo ainda permitida redução cumulativa adicional da multa à razão de 0,25% sobre o valor remanescente da multa, para cada ponto percentual do saldo do débito que for liquidado até 31 de agosto de 2003, após deduzidos os valores referentes à conversão de depósito judicial e às prestações relativas ao parcelamento. Também ficam suspensas as penalidades previstas nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no Código Penal.

Serão excluídos do programa os contribuintes que ficarem inadimplentes por período superior a três meses consecutivos ou seis alternados, ou se não for informado à SRF/PGFN a liquidação, extinção ou rescisão de parcelamento obtido, nos termos da Lei 10.684, junto ao INSS, até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrer os referidos atos. Dentre as penalidades da exclusão, encontram-se a execução automática da garantia e o impedimento para o sujeito passivo de beneficiar-se de qualquer outra modalidade de parcelamento até 31/12/2006.

De janeiro a julho de 2003, houve uma redução no peso das receitas brutas do Tesouro Nacional, que totalizaram 18,9% do PIB, contra 19,6% em igual período de 2002. Esse comportamento decorre, em grande medida, de receitas atípicas naquele ano, com destaque para: i) o pagamento de débitos em atraso pelos fundos de pensão nos termos da Medida Provisória nº 2.222/2001 (R\$ 7,4 bilhões); ii) a tributação de lucro por empresa estatal pela transferência de títulos públicos (R\$ 1,3 bilhão); e iii) o recolhimento de débitos atrasados de diversos tributos em conformidade com a Medida Provisória nº 38/2002 (R\$ 1,1 bilhão).

Em parte, essa redução foi compensada pelo incremento na arrecadação do IRPJ devido pelas entidades financeiras e do IRRF sobre rendimentos de capital, nos montantes de R\$ 1,2 bilhão e R\$ 3,2 bilhões, respectivamente.

Comparativamente ao valor acumulado de janeiro a julho de 2002, a CSLL aumentou em R\$ 2,2 bilhões, equivalentes a cerca de 0,1 ponto percentual do PIB dos respectivos anos. Em parte, esse comportamento deu-se em razão do maior volume arrecadado do setor de combustíveis em maio de 2003.

### Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUL (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Impostos</b>	<b>9,1%</b>	<b>8,3%</b>
Imposto de Renda	6,7%	6,2%
IPI	1,5%	1,2%
Outros	0,9%	0,8%
<b>Contribuições</b>	<b>8,5%</b>	<b>8,6%</b>
Cofins	3,7%	3,7%
CPMF	1,5%	1,5%
CSLL	1,0%	1,1%
Cide - Combustíveis	0,6%	0,5%
Outras	1,6%	1,7%
<b>Demais</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,0%</b>
Dividendos da União	0,3%	0,2%
Concessões	0,2%	0,0%
Outras	1,6%	1,8%
<b>Total Bruto</b>	<b>19,6%</b>	<b>18,9%</b>

Por outro lado, as receitas com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduziram-se em 0,2 ponto percentual do PIB, devido ao efeito conjugado da redução do valor em dólar das importações tributadas (2,8%) e da alíquota média efetiva (26,8%), no caso do IPI-Vinculado à Importação (26,8%), da reestruturação de alíquotas nos setores de produtos químicos e de metalurgia básica e de decisões judiciais favoráveis aos contribuintes.

As receitas da CIDE-Combustíveis também apresentaram redução, passando de 0,6% para 0,5% do PIB, em que pese a arrecadação de 2002 referir-se somente a seis meses ao invés de sete. Cabe destacar que os recolhimentos em 2003 foram afetados por decisões judiciais favoráveis aos contribuintes.

As demais receitas do Tesouro atingiram R\$ 17,6 bilhões até julho deste ano, contra R\$ 15,0 bilhões no ano anterior, mantendo o mesmo percentual do PIB verificado em 2002. A arrecadação da cota-parte de compensações financeiras passou de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 7,3 bilhões, como decorrência da alta do preço internacional do petróleo e da depreciação cambial, bem como do aumento da produção petrolífera. Esse crescimento mais que compensou a queda de R\$ 1,3 bilhão verificada nas receitas com concessões, que em 2002 refletiram arrecadação decorrente dos leilões das bandas “D” e “E”.

Os dividendos pagos à União totalizaram R\$ 2,0 bilhões, mantendo-se em patamar semelhante ao ano anterior. Em magnitude, os principais recolhimentos nesses primeiros sete meses de 2003 provieram da Petrobras (R\$ 942,3 milhões) e da Caixa Econômica Federal (R\$ 296,8 milhões).

### **Transferências a Estados e Municípios**

Até julho de 2003 as transferências a estados e municípios perfizeram 4,12% do PIB, representando queda de 0,26 ponto percentual em relação a igual período de 2002. Os principais fatores explicativos dessa diminuição foram os já mencionados recolhimento atípico do IRPJ em 2002 e a queda no IPI.

Enquanto as transferências referentes à desoneração do ICMS sobre as exportações reduziram-se de 0,31% do PIB para 0,29%, as demais transferências a estados e municípios aumentaram de 0,52% para 0,69% do PIB, devido, basicamente, aos repasses dos *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

<b>DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)</b>		
<b>EMPRESAS</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Petrobras	1.036,8	942,3
Infraero	36,2	111,9
Correios	124,8	103,6
Banco do Brasil	111,5	205,1
Caixa	-	296,8
BNDES	444,4	-
Eletrobras	-	189,4
IRB	44,2	84,2
Demais	204,9	152,4
<b>Total</b>	<b>1.958,7</b>	<b>2.001,6</b>

<b>TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUL (% PIB)</b>		
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Constitucionais	3,54%	3,13%
Desoneração do ICMS	0,31%	0,29%
Demais	0,52%	0,69%
<b>Total</b>	<b>4,38%</b>	<b>4,12%</b>

Em julho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 15,0 bilhões, superando em R\$ 2,9 bilhões as verificadas no mês anterior. A rubrica “pessoal e encargos sociais” apresentou incremento de R\$ 1,3 bilhão, enquanto os gastos com custeio e capital aumentaram em R\$ 1,7 bilhão, concentrando-se este crescimento na rubrica “outras despesas de custeio e capital” (R\$ 961,7 milhões) e na despesa com Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (R\$ 567,5 milhões).

O crescimento de R\$ 1,3 bilhão nas despesas com pessoal e encargos sociais (19,5%) refletiu os seguintes fatores: i) revisão geral de 1,0 %, retroativa a janeiro, na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, conforme Lei nº 10.697, de 02/07/2003; ii) pagamento da vantagem pecuniária individual de R\$ 59,87, retroativa a maio, devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, consoante Lei nº 10.698, de 02/07/2003; iii) adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) devida aos servidores do Poder Executivo; e iv) a concentração do pagamento referente a férias do funcionalismo público. Esses fatores foram superiores, em magnitude, aos acréscimos sazonais verificados em junho, decorrentes do adiantamento do décimo-terceiro do funcionalismo dos Poderes Judiciário e Legislativo e do pagamento da sétima parcela dos 28,86% devida aos servidores civis do Poder Executivo.

Quanto às despesas com custeio e capital, verificou-se incremento de 29,5% em relação a junho. Os gastos com o FAT relativos ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais atingiram R\$ 987,6 milhões, contra R\$ 420,1 milhões em junho. Vale ressaltar que em julho foi efetuada transferência de recursos no valor de R\$ 395,0 milhões a instituições financeiras para pagamento da primeira parcela do exercício de 2003/2004 do abono salarial PIS/Pasep, conforme cronograma estabelecido na Resolução Codefat nº 284, de 01/07/2003.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas totalizaram R\$ 438,8 milhões, apresentando acréscimo de R\$ 126,9 milhões em relação junho. Tal variação é explicada, em grande parte, pelo incremento de R\$ 84,0 milhões nos dispêndios com o Programa Aquisição do Governo Federal (AGF), em função da compra de opções de milho.

Como mencionado, a rubrica “outras despesas de custeio e capital” apresentou acréscimo de R\$ 961,7 milhões em relação a junho, constatando maior aceleração dos gastos discricionários no mês, tendência esta que, dada a sazonalidade tradicional dos gastos no segundo semestre, deverá manter-se nos próximos meses.

## **Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior**

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2003 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	Jun	Jul
Pessoal e Encargos	6.444,9	7.702,1
Custeio e Capital	5.609,0	7.265,1
Despesas do FAT	420,1	987,6
Subsídios e Subvenções	311,9	438,8
Outras	4.877,0	5.838,7
Transferência ao Bacen	63,4	65,7

*As despesas do FAT apresentaram incremento de R\$ 567,5 milhões, dos quais o montante de R\$ 395,0 milhões refere-se ao pagamento da primeira parcela do abono salarial PIS/Pasep 2003/2004, conforme cronograma estabelecido pelo Codefat.*

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2003 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	Jun	Jul
	2003	2003
<b>Agricultura</b>	<b>86,7</b>	<b>149,9</b>
Custeio Agropecuário	30,1	28,8
Investimento Rural	0,0	3,0
Preços Agrícolas	-3,6	84,0
- AGF	-7,3	76,7
- Sustentação de preços	3,7	7,3
Pronaf	31,4	34,1
Pesa	28,8	0,0
<b>Outros</b>	<b>152,1</b>	<b>189,0</b>
Exportação (Proex)	141,0	178,7
Habituação (PSH)	11,0	10,2
<b>Total</b>	<b>238,7</b>	<b>338,9</b>

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

No período de janeiro a julho de 2003, as despesas do Tesouro Nacional registraram queda de 1,27 ponto percentual do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo 0,57 ponto percentual relativo à despesa com pessoal e encargos sociais, 0,74 ponto percentual a gastos com custeio e capital e 0,04 a transferências ao Banco Central.

Em termos nominais, a rubrica pessoal e encargos sociais aumentou em R\$ 3,1 bilhões, devido ao crescimento vegetativo da folha salarial no período, à reestruturação de carreiras estratégicas do funcionalismo ocorridas no segundo semestre de 2002 e, como mencionado, à revisão geral de 1,0% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais e a vantagem pecuniária individual de R\$ 59,87.

Os gastos sob a rubrica “outras despesas de custeio e capital” passaram de 4,35% do PIB de janeiro a julho de 2002, para 3,58% em 2003. Cabe destacar a aceleração dos gastos discricionários verificados a partir de junho de 2003. O percentual de execução do limite de pagamento dos dispêndios realizados pelos ministérios ligados a áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) passaram de 91,5%, até maio de 2003, para 94,2%, até julho de 2003; ao passo que percentual dos demais ministérios passou de 65,5 % para 70,3%, no mesmo período analisado.

As despesas com subsídios à agricultura, exportações e habitação apresentaram incremento de R\$ 509,0 milhões comparativamente aos primeiros meses do ano. Esse comportamento é justificado, em parte, pelos gastos com o Programa de Subsídio à Habitação (PSH) e com o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), que totalizaram conjuntamente R\$ 247,6 milhões, ambos sem contrapartida no mesmo período do ano anterior. Destaca-se o incremento das despesas com equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que passaram de R\$ 123,8 milhões, no até julho de 2002, para R\$ 374,9 milhões em 2003. Verificou-se, nos primeiro sete meses do ano, o recebimento líquido de R\$ 239,5 milhões nas operações do Programa Aquisição do Governo Federal no acumulado do ano de 2003, influenciadas pelas receitas obtidas com a venda de produtos agrícolas no período, principalmente, algodão, milho e arroz.

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 2,4 bilhões em julho, contra R\$ 1,8 bilhão no mês anterior. Verificou-se aumento de 3,8% na arrecadação líquida, a qual totalizou R\$ 6,4 bilhões, contra R\$ 6,2 bilhões em junho. Por sua vez, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>5,68%</b>	<b>5,10%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,96%</b>	<b>4,22%</b>
Despesas do FAT	0,54%	0,48%
Subsídios e Subvenções	0,07%	0,16%
Outras	4,35%	3,58%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,04%</b>

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Agricultura</b>	<b>314,9</b>	<b>418,7</b>
Custeio Agropecuário	117,9	226,0
Investimento Rural	14,3	107,1
Preços Agrícolas	21,0	-214,0
- EGF	1,6	5,3
- AGF	-67,3	-239,5
- Sustentação de preços	86,8	20,2
Pronaf	161,6	206,0
Pesa	0,0	93,4
Cacau	0,0	0,2
<b>Outros</b>	<b>123,8</b>	<b>529,0</b>
Habitação (PSH)	0,0	154,1
Exportação (Proex)	123,8	374,9
<b>Total</b>	<b>438,6</b>	<b>947,7</b>

## Previdência Social

10,4%, refletindo o reajuste de 19,71% nos benefícios com valores superiores a um salário mínimo, conforme estabelecido no Decreto nº 4.709, de 29 de maio de 2003.

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2002-2003**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JUN		JUL		JAN-JUL	
	2003	2003	2002	2003	2002	2003
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>6.171,5</b>	<b>6.407,2</b>	<b>37.469,0</b>	<b>41.760,6</b>		
Arrecadação Bruta	6.649,0	6.973,0	40.605,4	45.387,5		
- Contribuição Previdenciária	6.291,8	6.489,1	38.049,8	42.547,8		
- Simples	266,2	276,1	1.488,3	1.790,1		
- CDP	0,0	0,0	54,6	0,0		
- CFT	0,0	87,9	269,9	229,9		
- Depósitos Judiciais	63,6	73,7	441,8	565,1		
- Refis	27,4	22,0	222,4	199,4		
- Outras Receitas	0,0	24,2	78,6	55,3		
(-) Restituição/Devolução	-20,8	-79,0	-200,3	-222,8		
(-) Transferências a Terceiros	-456,8	-486,8	-2.936,1	-3.404,1		
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>7.979,9</b>	<b>8.813,0</b>	<b>45.577,1</b>	<b>53.568,2</b>		
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-1.808,5</b>	<b>-2.405,8</b>	<b>-8.108,1</b>	<b>-11.807,6</b>		
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,11%</b>	<b>-1,35%</b>		

*Em julho, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,4 bilhões, contra R\$ 1,8 bilhão em junho.*

Até julho, a arrecadação líquida atingiu R\$ 41,8 bilhões, representando acréscimo nominal de 11,5% em relação à verificada em 2002. Em percentual do PIB, a arrecadação correspondeu a 4,8 pontos percentuais no acumulado de 2003, apresentando diminuição de 0,3 ponto percentual quando comparada a igual período de 2002.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 53,6 bilhões nos primeiros sete meses do ano, superando em R\$ 8,0 bilhões o montante observado no mesmo período de 2002, quando estas totalizaram R\$ 45,6 bilhões. Tal comportamento decorre do aumento de: i) 15,1% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2003 (com impacto no caixa a partir de maio) e o reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2003 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) 882,2 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2003.

As emissões dos benefícios totais no período de janeiro a julho, quando comparados a igual período em 2002, apresentaram os seguintes incrementos: i) 363,8 mil (3,2%) nas aposentadorias; ii) 211,4 mil (31,4%) nos auxílios – doença; iii) 146,1 mil (2,8%) nas pensões por morte; iv) 129,1 mil (6,0%) nos benefícios assistenciais; v) 22,3 mil (3,2%) nos benefícios acidentários; vi) 7,1 mil (5,2%) nos salários maternidade; e vii) 2,5 mil (14,2%) nos demais benefícios.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA**  
**BRASIL, JAN-JUL (% PIB)**

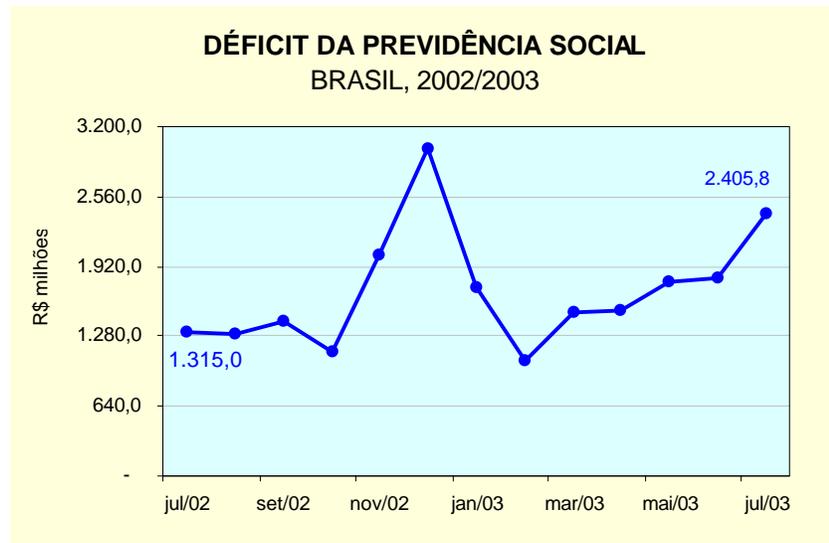
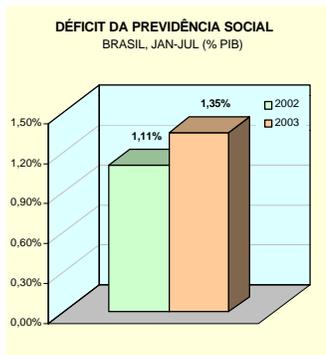
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Contribuição	5,11%	4,76%
Benefícios	6,21%	6,11%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,11%</b>	<b>-1,35%</b>

**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA**  
**BRASIL, MÉDIA JAN-JUL**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Quantidade*	20,4	21,3	4,3%
Valor médio**	324,2	373,2	15,1%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

Considerando o acumulado entre janeiro e julho de 2003, o RGPS registrou déficit primário de cerca de R\$ 11,8 bilhões, apresentando elevação nominal de 45,6% em relação a idêntico período de 2002. Como proporção do PIB estimado, o déficit acumulado do ano aumentou 21,8%, situando-se 0,2 ponto percentual acima daquele observado em 2002 (1,35% do PIB e 1,11% do PIB, respectivamente).



## ***DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL***

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 360,3 bilhões em julho, equivalentes a 24,6% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em julho de 2002.

<b>TABELA 3</b>			
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO</b>			
<b>BRASIL, 2002/2003</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	R\$ milhões		
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	
	<b>JUL</b>	<b>JUN</b>	<b>JUL</b>
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>141.672</b>	<b>124.639</b>	<b>137.329</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	575.977	635.669	657.070
Dívida Contratual da STN	-336.237	-390.911	-396.647
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-98.068	-120.120	-123.094
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>256.908</b>	<b>217.124</b>	<b>222.927</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	194.479	167.339	172.309
Títulos Depositados em Garantia	-5.657	-5.615	-5.100
Dívida Contratual	69.156	56.406	56.660
Disponibilidades	-1.070	-1.006	-942
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>398.580</b>	<b>341.763</b>	<b>360.256</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>31,7%</b>	<b>23,7%</b>	<b>24,6%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*Em julho, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 360,3 bilhões.*

Em relação a junho, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público apresentou aumento de R\$ 18,5 bilhões, contribuindo para tal comportamento a emissão líquida de R\$ 8,8 bilhões e a apropriação de juros nominais de R\$ 3,9 bilhões da dívida interna, somado ao aumento dos saldos em reais da dívida externa líquida, no montante de R\$ 5,8 bilhões, decorrente da apreciação do dólar frente ao real ocorrida no mês.

O incremento de R\$ 12,7 bilhões da dívida interna líquida no mês de julho deveu-se ao aumento da dívida mobiliária em poder do público em R\$ 21,4 bilhões, resultante da mencionada emissão líquida e da apropriação de juros, contrabalançado pelo aumento dos haveres contratuais do Tesouro Nacional e dos Fundos, Autarquias e Fundações em cerca de R\$ 8,7 bilhões, devido ao aumento do saldo das aplicações remuneradas pela variação cambial e acréscimo nos saldos dos fundos devido ao aumento das disponibilidades do FAT no extramercado.

***Dívida Interna  
Líquida***

**TABELA 4**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002	2003	
	JUL	JUN	JUL
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>141.672</b>	<b>124.639</b>	<b>137.329</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>575.977</b>	<b>635.669</b>	<b>657.070</b>
LFT	298.070	427.736	436.438
LTN	51.746	29.915	43.421
NTN-C	36.651	53.870	53.260
NTN-D	67.139	35.626	34.529
Demais	99.409	62.695	63.472
Dívida Securitizada	20.745	23.746	23.878
TDA	2.216	2.080	2.072
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-434.305</b>	<b>-511.030</b>	<b>-519.741</b>
<i>Tesouro Nacional</i>	-336.237	-390.911	-396.647
Dívida Bancária	25.081	25.511	25.560
Lei nº 7.976/89	-13.193	-10.588	-10.573
Lei nº 8.727/93	-45.550	-47.436	-47.477
Lei nº 9.496/97	-162.048	-205.385	-204.439
Renegociação Dívida Municipais	-21.570	-29.728	-29.884
Demais Haveres da STN	-118.957	-123.284	-129.834
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-98.068	-120.120	-123.094
FAT	-70.604	-83.188	-85.106
Demais Entidades	-27.463	-36.931	-37.988
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>45,9%</b>	<b>44,1%</b>	<b>44,8%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-34,6%</b>	<b>-35,4%</b>	<b>-35,5%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-26,8%</b>	<b>-27,1%</b>	<b>-27,1%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>11,3%</b>	<b>8,6%</b>	<b>9,4%</b>

*Em julho, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 137,3 bilhões.*

## **Emissões e Resgates**

Em julho, houve emissão líquida de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 8,8 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 39,5 bilhões e os resgates a R\$ 30,7 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 38,5 bilhões, sendo: i) R\$ 25,5 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com vencimentos em maio de 2005, maio de 2006 e junho de 2007; ii) R\$ 12,8 bilhões em Letras do Tesouro Nacional (LTN), com vencimentos em abril e outubro de 2004; e iii) R\$ 202,8 milhões em Notas do Tesouro Nacional (NTN-C) com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

### **Boxe 2 – Emissão de NTN-C**

Foi realizado, nos dias 27 e 30 de junho, com liquidação financeira em 1º de julho, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazos de vencimento em 2017, 2021 e 2031. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 199,4 milhões, sendo R\$ 38,4 milhões (19,2%) relativos aos títulos com vencimento em 2017, R\$ 136,6 milhões (68,5%) àqueles vencendo em 2021 e R\$ 24,5 (12,3%) aos com vencimento em 2031.

Do valor arrecadado, a maior parte (83,8%) corresponde a recebimento em dinheiro. Na troca pelos títulos de 2017 foram aceitos títulos da dívida securitizada e NTN-C e para aqueles com vencimento em 2031 foram aceitas somente NTN-C. As taxas obtidas foram de 10,20% a.a., 10,16% a.a e 10,12% a.a, respectivamente para os vencimentos 2017, 2021 e 2031.

Um forte indicativo de que a credibilidade da política econômica está transmitindo seus efeitos para a dívida pública é o expressivo volume de emissões líquidas, principalmente por meio de oferta pública, que vem ocorrendo ao longo do ano. Desde janeiro, o Tesouro Nacional emitiu liquidamente, nos leilões, R\$ 42,2 bilhões. Essa captação de recursos está em linha com a política de manter reserva de recursos para garantir estratégia mais eficiente de refinanciamento da dívida.

Ressalta-se ainda a realização de diversos leilões de recompra e de troca de títulos com o objetivo de diminuir o estoque de dívida vencendo nos meses de maior concentração. Como resultado dessa política, associada ainda à estratégia de emissão de títulos pós-fixados (LFT e NTN-C) com prazos mais longos, o percentual da DPMFi vencendo em 12 meses caiu de 40,3% em janeiro para 33,5% em julho.

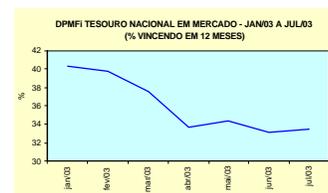
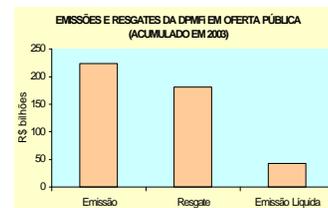
Como forma de melhorar a liquidez do mercado secundário, o Tesouro Nacional tem realizado leilões de reoferta e implementou, em conjunto com o Banco Central, novo sistema de *dealers*, pelo qual busca-se, dentre outros, maximizar a eficiência dos leilões de títulos públicos realizados pelo Tesouro Nacional (*dealers* primários) e aumentar o volume de negociação no mercado secundário (*dealers* especialistas). Acredita-se ainda que, com essas ações, será possível reduzir o custo de financiamento da dívida pública no longo prazo.

#### Boxe 4 – Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos em julho, o montante de R\$ 16,5 milhões correspondem à venda direta por meio da internet – Tesouro Direto. Desse montante, 50,9% referem-se à venda de títulos prefixados (LTN), 29,6% à venda de títulos pós-fixados (LFT) e o restante, 19,5%, a títulos remunerados a índices de preço - IGP-M (NTN-C).

Cabe ressaltar que o programa Tesouro Direto atingiu, em julho de 2003, o marco de R\$ 200,0 milhões em venda, tendo sido cadastrados até o momento 11.992 investidores e habilitados 74 agentes de custódia. As vendas nos primeiros sete meses do ano de 2003 alcançaram um volume 37,7% superior ao total vendido em todo o ano de 2002.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 950,8 milhões, tendo se destacado: i) R\$ 376,7 milhões em LFT em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; ii) R\$ 240,0 milhões em CFT-A1 a favor do estado do Espírito Santo, em troca de créditos a receber relativos a royalties incidentes sobre petróleo e gás natural; iii) R\$ 175,1 milhões em NTN-I para o Programa de Financiamento às Exportações – Proex; e iv) R\$ 61,9 milhões em CFT-E1 a favor do estado do Mato Grosso do Sul, em troca de créditos a receber relativos a royalties incidentes sobre energia elétrica. Quanto aos resgates, estes corresponderam a R\$ 30,7 bilhões, sendo R\$ 29,7 bilhões referentes a ofertas públicas e R\$ 967,1 milhões a emissões diretas.



#### Boxe 3 Nova lista de *Dealers*

O Tesouro Nacional e o Banco Central divulgaram, no dia 13 de agosto, a lista das instituições autorizadas a atuar como *dealers* primários e especialistas nas operações com títulos públicos. A lista apresenta as instituições que estão habilitadas a desempenhar as atribuições de *dealers* no período entre 15 de agosto de 2003 e 15 de fevereiro de 2004, quando sairá nova relação de credenciados para o semestre seguinte. Maiores informações sobre o novo sistema de *dealers* podem ser obtidas no endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> - Dívida Pública.

#### VENDAS DO TESOURO DIRETO BRASIL, 2002/2003

PERÍODO	VOLUME VENDIDO
1º sem/02	28.394,4
2º sem/02	48.264,4
<b>Total 2002</b>	<b>76.658,8</b>
jan/03	17.427,2
fev/03	11.828,6
mar/03	10.786,1
abr/03	27.918,0
mai/03	19.013,2
jun/03	19.578,6
jul/03	18.659,6
<b>Total 2003</b>	<b>125.209,4</b>
<b>Total</b>	<b>201.868,2</b>

**TABELA 5**  
**EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM**  
**PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, JUL/2003**

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS*	EMISSÕES DIRETAS	TOTAL
<b>I. EMISSÕES</b>	<b>38.505</b>	<b>951</b>	<b>39.456</b>
LFT	25.466	419	25.885
LTN	12.836	0	12.836
NTN-C	203	0	203
NTN-D	0	0	0
TDA	0	8	8
Securitizada**	0	0	0
Demais	0	524	524
<b>II. RESGATES***</b>	<b>29.713</b>	<b>967</b>	<b>30.680</b>
LFT	26.233	0	26.233
LTN	0	0	0
NTN-C	996	0	996
NTN-D	2.484	0	2.484
TDA	0	33	33
Securitizada**	0	140	140
Demais	0	794	794
<b>III. VALOR LÍQUIDO (I-II)</b>	<b>8.792</b>	<b>-16</b>	<b>8.776</b>

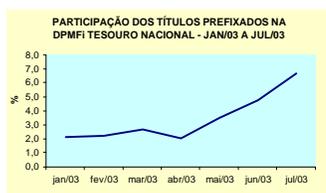
\* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta. Destaca-se também que estão incluídas as vendas por meio do Tesouro Direto.

\*\* Inclui dívida agrícola.

\*\*\* Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

*O Tesouro Nacional realizou, em julho, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 8,8 bilhões.*

## Composição



Quanto à composição da DPMFi, as principais alterações observadas foram relativas: (i) ao aumento de 1,92 ponto percentual na participação dos títulos prefixados, tendo em vista a significativa emissão líquida de R\$ 12,8 bilhões em LTN; e (ii) à queda na participação dos títulos remunerados pela taxa Selic em 0,98 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT no valor de R\$ 348,1 milhões. Adicionalmente, cabe mencionar a redução observada na participação dos títulos cambiais (passando de 8,48% em junho para 8,13% em julho). Esses movimentos estão em linha com as diretrizes definidas no Plano Anual de Financiamento 2003, que prevê emissões líquidas de títulos prefixados e resgates líquidos de LFT e NTN-D ao longo do ano.

### Boxe 5 – Mudança na Composição da Dívida ao longo de 2003

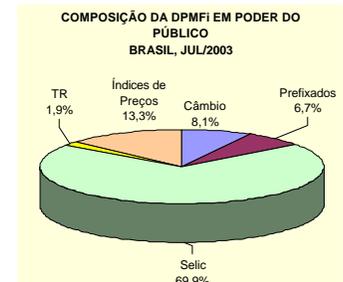
Ao longo de 2003, observou-se avanço significativo na direção dos objetivos de diminuir o custo e o risco da dívida, por meio da revitalização do mercado de títulos prefixados.

O sucesso na condução da política econômica do governo e a maior credibilidade por parte dos investidores permitiram a retomada das emissões de prefixados a partir de março desse ano. Assim, a participação desses títulos que era de 2,13 % em janeiro passou para 6,69% em julho.

**TABELA 6**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2002/2003**

INDEXADOR	2002			2003	
	JUL		JUN	JUL	
Selic	63,15	70,89	69,91		
Câmbio	13,88	8,48	8,13		
Prefixados	9,28	4,77	6,69		
Índices de Preços	11,73	13,88	13,33		
TR	1,95	1,98	1,93		
Outros	0,01	0,00	0,00		

\* Não inclui dívida agrícola.



O custo médio da DPMFi em poder do público cresceu de 16,2% a.a. em junho, para 24,1% a.a. em julho, devido basicamente à depreciação do câmbio (3,3%), que elevou o custo da NTN-D de -24,7 % a.a. em junho para 57,7 % a.a. em julho.

### Custo Médio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi apresentou um ligeiro aumento, passando de 21,4% a.a. em junho para 21,6% a.a. em julho. Esse aumento foi influenciado pela menor redução do IGP-M (-0,42%) em relação ao mês anterior (-1,00%), aumentando o custo da NTN-C para 4,7% a.a. contra -2,2 % a.a. em junho. Não obstante as quedas dos custos das LTN e das LFT, estas não foram suficientes para compensar o aumento dos custos das NTN-C e NTN-D.

**TABELA 7**  
**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2000/2003**

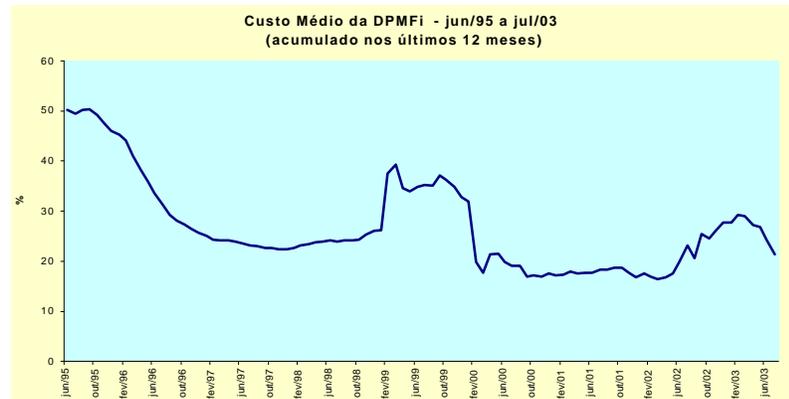
PERÍODO	2002		2003	
	TOTAL (1)	TOTAL (2)	TOTAL (1)	TOTAL (2)
<b>2000</b>	<b>17,45</b>	<b>17,64</b>		
<b>2001</b>	<b>17,00</b>	<b>16,79</b>		
<b>2002</b>				
Jul	19,64	64,18		
Ago	20,17	-4,14		
Set	21,01	93,52		
Out	24,35	8,35		
Nov	31,73	27,83		
Dez	29,06	20,94		
<b>2002</b>	<b>21,00</b>	<b>27,62</b>		
<b>2003</b>				
Jan	28,13	24,93		
Fev	29,11	27,34		
Mar	29,74	13,32		
Abr	25,53	1,46		
Mai	22,56	24,84		
Jun	21,38	16,16		
Jul	21,56	24,09		

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

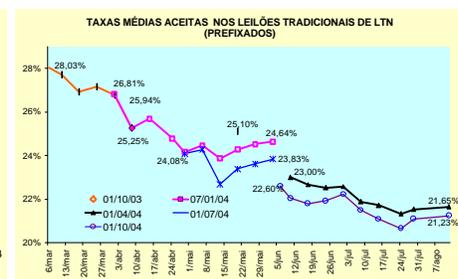
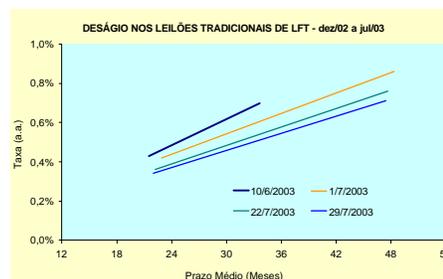
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

*Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi total foi de 21,56% a.a. em julho.*

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses decresceu de 24,4% a.a. em junho, para 21,3 % a.a. em julho (vide gráfico a seguir). Vale ressaltar que essa medida reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.



Um ponto importante a destacar se refere ao custo médio de emissão, o qual tem apresentado comportamento favorável decorrente, principalmente, da melhora nas perspectivas dos agentes com relação ao rumo da economia. Pelos gráficos a seguir, observa-se as sucessivas reduções nos deságios nas vendas das LFT e nas taxas das LTN. De acordo com cálculos estimados pelo Tesouro, tal movimento de taxas representou, no primeiro semestre desse ano, uma economia aproximada de R\$ 719,0 milhões (R\$ 139,0 milhões referentes às LFT e R\$ 580,0 milhões às LTN).



## **Prazo Médio**

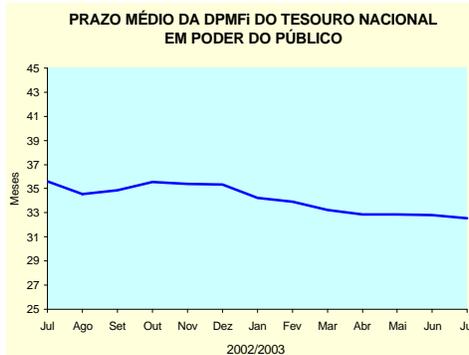
Em julho, o prazo médio da DPMFi em poder do público permaneceu praticamente estável (32,6 meses contra 32,8 meses em junho). A redução menor que a esperada em função do movimento natural de queda pela transcorrência de um mês foi suavizada pelo fato de os prazos médios de

emissão das LFT e NTN-C em julho (28,3 e 221,9 meses, respectivamente) terem sido superiores aos prazos médios do estoque desses títulos em junho (21,4 e 66,6 meses, respectivamente).

**TABELA 8**  
**PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

PERÍODO		TOTAL	OF. PUB. (1)
2002	Jul	35,60	22,83
	Ago	34,57	21,28
	Set	34,85	21,40
	Out	35,53	22,43
	Nov	35,39	22,68
	Dez	35,32	23,05
2003	Jan	34,21	22,09
	Fev	33,91	22,07
	Mar	33,21	21,94
	Abr	32,85	22,44
	Mai	32,88	23,01
	Jun	32,79	23,50
	Jul	32,56	23,66

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

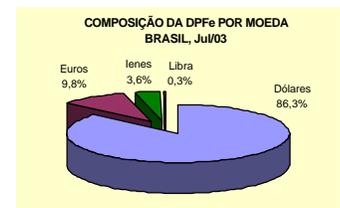
TÍTULOS	2003		
	JUL	JUN	JUL
LTN	3,91	7,34	7,14
LFT	28,73	21,47	22,08
NTN-C	68,41	66,66	67,06
NTN-D	16,50	15,38	15,49
TDA	47,11	52,12	51,82
Dívida Securitizada*	55,84	56,90	56,14
Demais	117,26	117,77	116,44
<b>TOTAL</b>	<b>35,60</b>	<b>32,79</b>	<b>32,56</b>

(\*) Inclui dívida agrícola.

A dívida externa líquida passou de R\$ 217,1 bilhões, em junho, para R\$ 222,9 bilhões, em julho, devido ao aumento da dívida mobiliária em poder do público.

O estoque da Dívida Pública Federal externa - DPFe, quando medido em moeda nacional, apresentou aumento de 2,6% em julho, ao passo que em dólares, este indicador permaneceu praticamente estável. O principal fator que determinou o acréscimo do saldo em moeda nacional foi a apreciação do dólar frente ao real no mês. As variações na moeda norte-americana têm maior efeito sobre a DPFe, visto que esta é predominantemente denominada em dólares – 86,3% (vide gráfico ao lado).

## Dívida Externa Líquida



**TABELA 9**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002	2003	
	JUL	JUN	JUL
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>194.479,2</b>	<b>167.339,2</b>	<b>172.309,4</b>
Bônus de Renegociação	64.912,6	51.986,3	53.678,8
Bônus de Captação	129.566,6	115.352,9	118.630,7
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>69.155,8</b>	<b>56.406,1</b>	<b>56.659,8</b>
Organismos Multilaterais	38.237,6	32.300,4	31.964,9
Bancos Privados/Ag. Governamentais	11.667,2	9.283,7	9.571,7
Clube de Paris	19.251,0	14.821,9	15.123,2
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)</b>	<b>263.635,0</b>	<b>223.745,3</b>	<b>228.969,2</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-5.656,7</b>	<b>-5.615,4</b>	<b>-5.099,8</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-1.069,8</b>	<b>-1.005,6</b>	<b>-941,9</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>256.908,5</b>	<b>217.124,3</b>	<b>222.927,5</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>20,5%</b>	<b>15,1%</b>	<b>15,2%</b>

*Em julho, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 222,9 bilhões.*

O serviço da DPFe pago em julho totalizou R\$ 2,4 bilhões, dos quais R\$ 1,6 bilhão referente ao pagamento de juros e encargos e R\$ 831,7 milhões a principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 1,5 bilhão) correspondeu aos pagamentos de juros e encargos da dívida mobiliária externa.

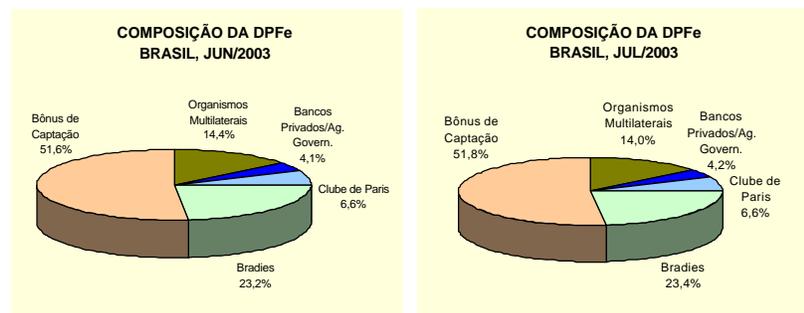
As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 2,4 bilhões no mês.

**TABELA 10**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, JUL/2003**

R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
<b>I. ENCARGOS TOTAIS</b>	<b>831,7</b>	<b>1.594,1</b>	<b>2.425,8</b>
I.1. Organismos Multilaterais	782,3	108,4	890,7
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	49,4	7,8	57,3
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	1.477,9	1.477,9

## Composição

Em julho, não foram observadas alterações significativas na composição da DPFe. A pequena queda na participação dos organismos multilaterais se deveu aos pagamentos realizados no mês.



### Boxe 6 – Mudança na Composição da Dívida

Visando melhorar o perfil da dívida externa, a República efetuou operação de troca em 30 de julho, com liquidação financeira em 07 de agosto, na qual recebeu os bônus *Par* e *Discount* (títulos da dívida renegociada - *bradies*), oferecendo dois novos bônus globais, com vencimentos em 2011 e 2024. Esta operação está em linha com a estratégia do governo brasileiro de substituir títulos decorrentes da renegociação da dívida externa por novos títulos com perfil mais adaptado às demandas do mercado, além de permitir a liberação de garantias atreladas aos *Par* e *Discount Bonds*.

O valor total dos *bradies* trocados foi de US\$ 1,3 bilhão, sendo que foram retirados do mercado US\$ 452 milhões em *Par bonds* e US\$ 848 milhões em *Discount bonds*. Para a operação de troca foram emitidos US\$ 833 milhões em Global 2024-B, e US\$ 377 milhões em Global 2011. Em relação ao Global 2011, vale mencionar que, além do valor emitido para fins de troca, foram obtidos US\$ 123 milhões em recursos financeiros. Por meio desta troca, foram liberados garantias de US\$ 490 milhões em títulos do tesouro americano. Esses dois valores, que correspondem a um montante total de US\$ 613 milhões, servirão para aumentar o montante das reservas internacionais brasileiras e para permitir redução do estoque da dívida pública mobiliária federal interna.

O prazo médio da dívida mobiliária externa manteve-se praticamente estável em julho, perfazendo 6,20 anos, contra 6,15 anos em junho. O custo médio em dólares permaneceu estável em relação a junho, em 8,62 % a.a.

### **Prazo e Custo Médios**

**TABELA 11**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**  
**MOBILIÁRIA EXTERNA**  
**BRASIL, 2002/2003**

DISCRIMINAÇÃO	2002		2003	
	JUL	JUN	JUL	JUN
<b>PRAZO MÉDIO (ANOS)</b>	<b>6,18</b>	<b>6,20</b>	<b>6,15</b>	<b>6,15</b>
Bônus de Renegociação	6,20	6,50	6,41	6,41
Bônus de Captação	6,17	6,06	6,03	6,03
Globais	7,38	7,17	7,14	7,14
Euros	3,67	3,38	3,35	3,35
Demais	2,64	1,70	1,61	1,61
<b>CUSTO MÉDIO (% a.a.) *</b>	<b>8,57</b>	<b>8,62</b>	<b>8,62</b>	<b>8,62</b>
Bônus de Renegociação	5,15	4,76	4,76	4,76
Bônus de Captação	10,29	10,36	10,37	10,37
Globais	11,16	11,99	11,99	11,99
Euros	10,10	10,28	10,28	10,28
Demais	4,91	5,07	5,06	5,06

\* Custo Médio em dólares.

*A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou, em junho, custo médio de 8,62 % a.a. e prazo médio de 6,15 anos.*

## **Anexos**

---

### ***Tabelas do Resultado Fiscal***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### ***Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

**Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### ***Boletins de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Jul/2002	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2003
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>27.136,3</b>	<b>24.129,9</b>	<b>29.018,5</b>	<b>29.964,3</b>	<b>26.975,2</b>	<b>33.938,3</b>	<b>32.439,4</b>	<b>27.721,8</b>	<b>26.251,4</b>	<b>32.106,7</b>	<b>29.574,5</b>	<b>25.121,8</b>	<b>29.595,5</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>21.359,8</b>	<b>18.323,9</b>	<b>23.262,1</b>	<b>23.872,9</b>	<b>21.143,6</b>	<b>23.865,0</b>	<b>26.978,1</b>	<b>21.610,3</b>	<b>20.539,2</b>	<b>26.256,5</b>	<b>23.527,8</b>	<b>18.950,3</b>	<b>23.188,3</b>
I.1.1 Receita Bruta	22.535,1	19.746,4	24.005,6	24.826,4	22.062,3	24.957,0	27.360,7	21.894,6	20.820,3	26.683,9	23.905,9	20.483,3	24.502,5
- Impostos	9.870,7	8.201,8	11.280,2	11.059,2	9.442,5	11.290,3	11.453,2	9.848,8	9.165,5	11.857,2	10.852,2	8.641,3	10.635,5
- Contribuições	10.152,0	9.972,0	10.634,8	11.093,4	10.891,8	10.775,5	12.370,0	9.961,3	10.076,9	10.890,9	10.809,5	10.375,7	11.084,5
- Demais	2.512,3	1.572,6	2.090,6	2.673,8	1.727,9	2.891,2	3.537,4	2.084,6	1.577,8	3.935,9	2.244,2	1.466,3	2.782,5
I.1.2. (-) Restituições	-1.175,3	-1.422,5	-743,5	-953,5	-768,6	-1.092,1	-382,7	-284,3	-281,0	-427,4	-378,0	-1.533,0	-1.314,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>5.776,5</b>	<b>5.806,0</b>	<b>5.756,4</b>	<b>6.091,4</b>	<b>5.831,6</b>	<b>10.073,3</b>	<b>5.461,4</b>	<b>6.111,5</b>	<b>5.712,2</b>	<b>5.850,2</b>	<b>6.046,7</b>	<b>6.171,5</b>	<b>6.407,2</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>4.245,1</b>	<b>4.183,2</b>	<b>4.413,3</b>	<b>5.273,2</b>	<b>5.406,5</b>	<b>4.742,2</b>	<b>5.704,3</b>	<b>6.144,8</b>	<b>4.769,7</b>	<b>4.502,3</b>	<b>6.735,9</b>	<b>4.227,2</b>	<b>4.013,8</b>
II.1. Transferências Constitucionais	3.241,0	3.080,7	3.385,4	4.419,3	3.897,9	3.824,7	4.144,0	4.353,9	3.785,5	3.628,6	4.986,0	3.554,4	2.995,4
II.2. Lei Complementar 87/96	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9
II.3. Demais	674,7	773,0	698,4	524,5	1.179,3	588,1	927,2	1.183,3	718,2	607,7	1.483,9	406,9	752,5
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>22.891,3</b>	<b>19.946,8</b>	<b>24.605,2</b>	<b>24.691,2</b>	<b>21.568,7</b>	<b>29.196,1</b>	<b>26.735,1</b>	<b>21.577,1</b>	<b>21.481,8</b>	<b>27.604,4</b>	<b>22.838,7</b>	<b>20.894,6</b>	<b>25.581,7</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>20.929,5</b>	<b>18.561,8</b>	<b>17.598,2</b>	<b>20.853,1</b>	<b>20.540,4</b>	<b>32.301,8</b>	<b>19.653,8</b>	<b>17.683,6</b>	<b>17.339,2</b>	<b>17.946,6</b>	<b>19.139,9</b>	<b>20.097,3</b>	<b>23.846,0</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>7.046,9</b>	<b>5.543,6</b>	<b>5.248,9</b>	<b>5.684,4</b>	<b>6.411,4</b>	<b>8.790,1</b>	<b>7.514,5</b>	<b>5.942,4</b>	<b>5.629,1</b>	<b>5.641,6</b>	<b>5.899,1</b>	<b>6.444,9</b>	<b>7.702,1</b>
IV.1.1. INSS	422,1	298,6	287,7	294,6	317,0	425,2	455,2	292,8	300,9	296,4	289,4	339,4	427,6
IV.1.2. Demais	6.624,8	5.245,0	4.961,3	5.389,7	6.094,3	8.364,8	7.059,3	5.649,6	5.328,2	5.345,2	5.609,7	6.105,6	7.274,6
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>7.091,5</b>	<b>7.117,2</b>	<b>7.167,1</b>	<b>7.230,0</b>	<b>7.864,5</b>	<b>13.070,8</b>	<b>7.201,3</b>	<b>7.166,6</b>	<b>7.209,7</b>	<b>7.371,8</b>	<b>7.825,9</b>	<b>7.979,9</b>	<b>8.813,0</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>6.791,1</b>	<b>5.901,0</b>	<b>5.182,2</b>	<b>7.938,7</b>	<b>6.264,5</b>	<b>10.440,9</b>	<b>4.937,0</b>	<b>4.500,2</b>	<b>4.458,9</b>	<b>4.893,8</b>	<b>5.371,9</b>	<b>5.609,0</b>	<b>7.265,1</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	1.227,3	879,9	795,4	930,3	616,1	721,9	569,1	395,5	428,3	592,0	841,0	420,1	987,6
- Abono e Seguro Desemprego	1.195,3	821,2	747,3	829,8	429,8	615,2	539,0	384,3	395,7	549,6	824,0	399,3	942,2
- Demais Despesas do FAT	32,0	58,7	48,1	100,5	186,3	106,8	30,1	11,2	32,6	42,4	17,0	20,7	45,4
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	81,1	171,3	-55,4	1.472,7	1,7	204,4	117,0	166,3	115,6	127,8	154,6	311,9	438,8
- Operações Oficiais de Crédito	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	80,2	109,1	62,8	16,8	101,3	238,7	338,9
- Subvenções aos Fundos Regionais	12,2	57,0	0,1	56,7	60,1	-21,2	36,9	57,2	52,9	111,1	53,4	73,2	99,9
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.482,7	4.849,8	4.442,2	5.535,7	5.646,6	9.514,6	4.250,9	3.938,3	3.915,0	4.174,0	4.376,3	4.877,0	5.838,7
<b>IV.4. Transferência ao Banco Central</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,9</b>	<b>74,4</b>	<b>41,5</b>	<b>39,4</b>	<b>43,1</b>	<b>63,4</b>	<b>65,7</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>1.961,8</b>	<b>1.385,0</b>	<b>7.007,0</b>	<b>3.838,1</b>	<b>1.028,3</b>	<b>-3.105,7</b>	<b>7.081,3</b>	<b>3.893,4</b>	<b>4.142,6</b>	<b>9.657,8</b>	<b>3.698,8</b>	<b>797,3</b>	<b>1.735,7</b>
V.1. Tesouro Nacional	3.276,7	2.696,1	8.417,8	4.976,7	3.061,3	-108,3	8.821,3	4.948,5	5.640,1	11.179,4	5.478,0	2.605,7	4.141,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.315,0	-1.311,1	-1.410,8	-1.138,6	-2.032,9	-2.997,5	-1.740,0	-1.055,1	-1.497,5	-1.521,6	-1.779,2	-1.808,5	-2.405,8
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-60,0</b>	<b>-77,5</b>	<b>-86,8</b>	<b>-58,2</b>	<b>-48,0</b>	<b>-142,0</b>	<b>-38,0</b>	<b>23,8</b>	<b>-13,6</b>	<b>-20,7</b>	<b>-25,8</b>	<b>2,5</b>	<b>-29,5</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>1.901,8</b>	<b>1.307,5</b>	<b>6.920,2</b>	<b>3.779,8</b>	<b>980,4</b>	<b>-3.247,7</b>	<b>7.043,3</b>	<b>3.917,3</b>	<b>4.129,0</b>	<b>9.637,1</b>	<b>3.673,0</b>	<b>799,8</b>	<b>1.706,2</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>187,8</b>	<b>110,4</b>	<b>-87,3</b>	<b>533,1</b>	<b>580,2</b>	<b>-1.118,4</b>	<b>-325,1</b>	<b>690,0</b>	<b>-676,2</b>	<b>672,8</b>	<b>-311,5</b>	<b>103,7</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>2.089,6</b>	<b>1.417,9</b>	<b>6.043,9</b>	<b>4.312,9</b>	<b>1.560,5</b>	<b>-4.366,1</b>	<b>6.718,2</b>	<b>4.607,2</b>	<b>3.452,8</b>	<b>10.309,9</b>	<b>3.361,5</b>	<b>903,5</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>-28.470,0</b>	<b>12.383,6</b>	<b>-40.920,9</b>	<b>565,3</b>	<b>-499,5</b>	<b>2.139,2</b>	<b>-11.083,9</b>	<b>-8.783,8</b>	<b>-172,1</b>	<b>12.359,5</b>	<b>-12.542,4</b>	<b>-5.626,4</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>-26.380,4</b>	<b>13.801,5</b>	<b>-34.877,0</b>	<b>4.878,2</b>	<b>1.061,1</b>	<b>-2.226,9</b>	<b>-4.365,6</b>	<b>-4.176,6</b>	<b>3.280,7</b>	<b>22.669,4</b>	<b>-9.181,0</b>	<b>-4.722,9</b>	<b>nd</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (\*)**

R\$ milhões

	Jul/2002	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2003
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>25.244,1</b>	<b>27.311,1</b>	<b>27.193,5</b>	<b>33.751,5</b>	<b>30.054,7</b>	<b>37.468,8</b>	<b>26.460,3</b>	<b>30.578,9</b>	<b>28.028,2</b>	<b>28.920,7</b>	<b>34.035,1</b>	<b>28.051,7</b>	<b>28.133,2</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	17.971,3	20.104,4	19.689,9	24.524,9	22.292,0	25.397,7	19.234,3	22.754,9	20.630,8	20.968,2	26.123,3	20.269,1	19.931,9
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	676,4	738,1	738,6	1.775,7	916,0	1.131,7	663,4	1.039,7	1.015,1	1.445,9	1.066,6	1.000,0	1.026,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	239,0	139,4	185,9	282,3	286,4	-110,1	309,7	76,4	109,7	128,9	184,0	51,5	81,3
I.5 - Receita do Salário Educação	130,7	159,9	137,7	148,0	155,1	157,4	245,4	121,5	139,6	146,5	150,5	149,5	151,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	6.224,3	6.167,0	6.439,1	7.016,9	6.551,7	10.889,6	6.004,8	6.583,2	6.129,6	6.227,9	6.508,1	6.576,8	6.937,8
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,4	2,3	2,3	3,6	3,5	2,5	2,7	3,2	3,3	3,2	2,6	4,8	4,1
<b>II. DESPESAS</b>	<b>25.320,7</b>	<b>28.930,8</b>	<b>26.459,9</b>	<b>33.935,4</b>	<b>31.130,5</b>	<b>40.427,0</b>	<b>24.793,7</b>	<b>29.763,1</b>	<b>25.375,0</b>	<b>28.897,9</b>	<b>27.880,5</b>	<b>38.148,7</b>	<b>20.407,8</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>4.898,4</b>	<b>5.540,3</b>	<b>5.214,3</b>	<b>5.615,6</b>	<b>6.262,4</b>	<b>5.726,0</b>	<b>6.856,8</b>	<b>6.971,7</b>	<b>5.702,0</b>	<b>5.560,6</b>	<b>7.792,0</b>	<b>5.494,7</b>	<b>4.800,4</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.451,6	3.280,2	3.605,7	4.709,5	4.152,4	3.980,8	4.508,8	4.639,9	4.033,5	3.864,8	5.317,3	3.787,0	3.190,4
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	242,1	605,9	363,5	356,1	802,4	350,8	419,0	674,4	372,7	386,6	1.106,5	260,2	272,1
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9
II.1.4 - Outras Vinculações	875,4	1.324,8	915,7	220,7	978,2	1.065,0	1.296,0	1.049,8	1.029,8	1.043,2	1.102,2	1.181,5	1.072,0
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>20.422,3</b>	<b>23.390,6</b>	<b>21.245,6</b>	<b>28.319,8</b>	<b>24.868,1</b>	<b>34.701,0</b>	<b>17.936,9</b>	<b>22.791,3</b>	<b>19.673,0</b>	<b>23.337,3</b>	<b>20.088,5</b>	<b>32.654,0</b>	<b>15.607,4</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.352,9	5.505,8	5.290,4	5.546,6	8.349,8	7.136,5	6.806,4	6.047,4	5.711,2	5.707,9	6.274,6	7.604,9	6.208,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.804,2	1.317,5	1.161,5	6.205,7	520,1	726,1	2.113,8	2.875,5	2.671,2	3.490,5	669,0	3.090,5	433,0
i) Dívida Contratual Interna	97,6	90,1	115,8	798,0	73,5	122,0	119,3	110,4	2.104,5	118,3	105,9	107,3	109,7
ii) Dívida Contratual Externa	1.706,6	1.227,3	1.045,6	5.407,8	446,6	604,1	1.994,5	2.765,1	566,7	3.372,3	563,1	2.983,2	323,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.638,0	1.507,1	3.102,4	2.623,4	2.766,0	2.165,0	933,8	1.884,7	786,4	2.566,5	563,9	2.082,0	2.560,2
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.864,5	8.714,3	6.188,5	6.885,1	7.968,9	15.207,5	4.841,9	7.955,1	6.647,9	7.505,0	7.901,8	15.692,0	650,4
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.437,4	6.051,5	5.368,3	6.321,4	5.014,6	8.683,3	3.009,8	3.836,7	3.759,1	3.933,4	4.446,0	3.863,9	5.344,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	325,3	294,4	134,6	737,6	248,7	782,5	231,2	192,0	97,2	134,0	233,2	320,7	411,1
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-76,6</b>	<b>-1.619,7</b>	<b>733,6</b>	<b>-184,0</b>	<b>-1.075,8</b>	<b>-2.958,2</b>	<b>1.666,6</b>	<b>815,8</b>	<b>2.653,1</b>	<b>22,8</b>	<b>6.154,6</b>	<b>-10.096,9</b>	<b>7.725,4</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>25.584,9</b>	<b>9.433,4</b>	<b>4.149,4</b>	<b>11.012,4</b>	<b>35.037,7</b>	<b>36.723,8</b>	<b>16.269,0</b>	<b>25.919,2</b>	<b>31.734,4</b>	<b>41.545,8</b>	<b>43.971,3</b>	<b>37.583,5</b>	<b>39.417,1</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	22.521,5	7.398,8	3.776,0	10.222,2	34.321,7	35.116,0	15.425,0	25.077,9	31.195,5	38.833,8	43.074,9	37.015,9	38.519,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	3.063,5	2.034,6	373,5	790,1	716,0	1.607,8	844,0	841,3	538,9	2.712,1	896,4	567,7	897,4
<b>V. DESPESAS</b>	<b>10.345,3</b>	<b>10.869,9</b>	<b>14.717,5</b>	<b>31.814,5</b>	<b>34.760,9</b>	<b>24.406,4</b>	<b>8.056,9</b>	<b>28.215,3</b>	<b>25.225,2</b>	<b>6.440,9</b>	<b>34.566,7</b>	<b>31.410,0</b>	<b>30.102,1</b>
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	7.665,6	9.796,0	14.134,6	27.964,8	33.742,2	21.326,1	7.179,4	25.699,5	24.558,0	3.106,0	32.828,2	28.544,8	25.735,7
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	2.679,8	1.073,8	582,9	3.849,8	1.018,7	3.080,2	877,5	2.515,8	667,2	3.334,9	1.738,5	2.865,2	4.366,4
V.2.1 - Dívida Interna	89,0	82,4	102,4	1.519,5	58,9	121,7	104,2	96,6	93,7	102,5	94,8	111,7	102,3
V.2.2 - Dívida Externa	2.590,8	991,4	480,5	2.330,3	959,7	2.958,5	773,2	2.419,1	573,5	3.232,4	1.643,7	2.753,5	4.264,1
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>14.855,9</b>	<b>-2.397,2</b>	<b>-10.358,6</b>	<b>-17.742,6</b>	<b>579,5</b>	<b>13.789,9</b>	<b>8.245,6</b>	<b>-621,6</b>	<b>6.637,5</b>	<b>35.727,8</b>	<b>10.246,7</b>	<b>8.471,1</b>	<b>12.784,0</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>3.163,4</b>	<b>4.970,2</b>	<b>4.227,3</b>	<b>4.872,3</b>	<b>-3.592,1</b>	<b>-12.069,2</b>	<b>-1.357,7</b>	<b>3.238,6</b>	<b>-772,4</b>	<b>-1.853,9</b>	<b>-596,6</b>	<b>-3.087,1</b>	<b>-2.535,3</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>18.326,4</b>	<b>1.914,0</b>	<b>-5.607,2</b>	<b>-16.113,8</b>	<b>-4.391,1</b>	<b>-2.709,9</b>	<b>8.521,1</b>	<b>1.758,3</b>	<b>8.389,9</b>	<b>33.273,9</b>	<b>14.962,6</b>	<b>-7.010,6</b>	<b>14.505,0</b>

(\*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Jul/2002	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2003
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>10.946,5</b>	<b>8.850,3</b>	<b>21.133,5</b>	<b>13.264,3</b>	<b>12.123,0</b>	<b>1.359,2</b>	<b>12.234,7</b>	<b>7.122,6</b>	<b>3.864,9</b>	<b>7.327,1</b>	<b>6.663,2</b>	<b>17.212,9</b>	<b>27.850,0</b>
I.1. Emissão de Títulos	8.088,4	2.911,8	14.110,9	7.843,4	14.503,7	0,0	11.314,9	3.951,5	3.779,8	9.006,7	5.120,5	16.312,5	25.732,6
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.753,1	5.733,8	6.700,3	5.131,6	-2.287,3	1.189,3	943,5	2.958,3	84,4	-1.561,6	1.462,0	863,2	1.962,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	105,1	204,7	322,3	289,3	-93,4	170,0	-23,7	212,8	0,7	-118,0	80,6	37,1	155,1
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>7.783,2</b>	<b>3.880,1</b>	<b>16.906,2</b>	<b>8.392,0</b>	<b>15.715,1</b>	<b>13.428,5</b>	<b>13.592,4</b>	<b>3.883,9</b>	<b>4.637,3</b>	<b>9.181,0</b>	<b>7.259,8</b>	<b>20.300,0</b>	<b>30.385,4</b>
II.1. Resgate de Títulos	6.047,7	3.307,7	15.646,1	7.718,5	14.485,0	12.305,4	12.325,5	3.690,3	3.329,0	8.941,7	6.467,0	19.200,0	27.997,4
II.2. Encargos da DPMF	1.735,5	572,4	1.260,1	673,5	1.230,0	1.123,1	1.266,9	193,7	1.308,3	239,3	792,8	1.100,0	2.388,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>3.163,4</b>	<b>4.970,2</b>	<b>4.227,3</b>	<b>4.872,3</b>	<b>-3.592,1</b>	<b>-12.069,2</b>	<b>-1.357,7</b>	<b>3.238,6</b>	<b>-772,4</b>	<b>-1.853,9</b>	<b>-596,6</b>	<b>-3.087,1</b>	<b>-2.535,3</b>

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Jul/2002	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2003
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	18,1	17,5	0,7	38,4	12,0	0,0	58,1	28,0	25,1	28,7	27,1	30,1	28,8
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	0,0	0,0	0,0	73,6	0,0	59,6	44,3	59,8	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	10,2	-22,5	-69,0	-159,0	-175,9	-38,5	-154,2	-30,7	-54,3	-50,6	-4,6	-3,6	84,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,8	1,9	0,0	3,8	0,0	6,3	0,0	1,9	1,2	1,5	0,7	0,0	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-7,6	-24,4	-74,0	-163,8	-195,8	-49,9	-159,4	-34,6	-55,4	-52,2	-7,3	-7,3	76,7
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	17,0	0,0	5,0	1,0	20,0	5,1	5,2	2,0	0,0	0,0	2,0	3,7	7,3
<b>IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF</b>	38,6	50,4	4,5	208,8	26,0	145,1	25,7	33,0	26,1	27,8	27,8	31,4	34,1
<b>V. EQUALIZAÇÃO PROEX</b>	2,0	68,9	7,0	170,7	39,4	55,3	4,3	2,1	4,3	7,7	36,7	141,0	178,7
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,3	1,7	-0,3	0,0	0,0	28,8	0,0
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	0,0	0,0	1,3	11,3	40,0	4,1	38,6	15,0	61,8	3,2	14,3	11,0	10,2
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	1.072,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>X. TOTAL</b>	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	80,2	109,1	62,8	16,8	101,3	238,7	338,9

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Jul/2002	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2003
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>141.671,9</b>	<b>122.042,8</b>	<b>111.067,6</b>	<b>92.633,2</b>	<b>87.825,7</b>	<b>69.649,6</b>	<b>69.966,7</b>	<b>73.737,8</b>	<b>86.261,2</b>	<b>88.235,8</b>	<b>108.085,2</b>	<b>124.639,0</b>	<b>137.328,6</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	575.976,6	554.480,1	567.886,3	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3	657.069,6
Dívida Bancária	25.080,8	25.111,7	25.112,8	25.076,6	25.146,3	25.206,0	25.226,3	25.297,0	25.361,8	25.404,9	25.477,0	25.510,9	25.560,4
INSS	-11.738,4	-11.979,0	-12.261,7	-12.585,9	-13.115,8	-13.881,8	-14.256,6	-14.565,9	-14.797,5	-15.042,6	-15.104,2	-15.003,0	-14.898,0
Lei 7.976/89	-13.192,8	-12.243,0	-14.882,0	-14.143,2	-13.749,4	-13.185,4	-13.107,0	-13.069,9	-12.513,0	-10.896,5	-10.999,4	-10.587,6	-10.572,7
Bônus Renegociação	-26.765,6	-23.595,8	-30.219,9	-28.158,7	-27.989,6	-24.939,6	-25.158,6	-25.368,0	-23.860,1	-20.386,1	-21.008,6	-20.121,3	-20.559,1
Lei 8.727/93	-45.550,1	-45.686,0	-45.775,9	-45.753,2	-46.044,2	-46.384,8	-46.602,5	-46.842,2	-47.050,1	-47.215,1	-47.384,6	-47.436,1	-47.477,5
Lei 9.496/97	-162.048,3	-163.963,6	-168.338,7	-173.562,5	-179.532,2	-190.405,9	-194.297,2	-198.010,5	-201.781,0	-205.358,4	-206.088,3	-205.385,1	-204.439,1
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-21.569,6	-22.077,8	-22.765,3	-23.262,0	-24.207,7	-27.033,5	-27.647,2	-28.323,9	-28.854,7	-29.401,8	-29.640,4	-29.728,5	-29.883,6
Recebíveis das Estatais	-22.410,0	-24.205,1	-26.311,0	-27.909,4	-29.039,4	-30.726,9	-30.578,1	-31.130,5	-31.085,4	-29.779,7	-30.009,1	-30.178,3	-31.646,2
Outros	-37.233,9	-37.588,1	-38.083,3	-38.469,3	-38.883,1	-40.381,5	-42.276,3	-42.441,6	-42.882,8	-43.216,5	-42.830,9	-42.612,6	-43.055,9
Fat	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9
Demais Entidades	-27.463,3	-28.158,0	-28.419,2	-30.003,6	-30.274,3	-31.113,9	-33.699,2	-34.307,1	-35.433,3	-36.211,8	-36.422,5	-36.931,2	-37.988,5
Créditos das Operações Oficiais	-14.233,1	-12.870,0	-15.350,2	-14.601,7	-14.455,1	-14.738,5	-14.192,4	-14.249,1	-13.474,5	-12.037,8	-12.242,6	-11.954,6	-12.326,9
Arrecadação a Recolher	-6.576,0	-3.860,2	-6.579,0	-5.520,8	-3.993,4	-776,0	-7.038,6	-5.244,5	-4.520,9	-8.649,9	-4.860,9	-3.414,3	-7.348,1
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>256.908,5</b>	<b>225.519,1</b>	<b>287.814,1</b>	<b>267.911,0</b>	<b>270.128,2</b>	<b>262.688,9</b>	<b>262.654,1</b>	<b>264.538,0</b>	<b>248.698,4</b>	<b>212.159,1</b>	<b>223.006,4</b>	<b>217.124,3</b>	<b>222.927,5</b>
Dívida Mobiliária	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4
Títulos Depositados em Garantias	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8
Dívida Contratual	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8
Disponibilidades	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>398.580,3</b>	<b>347.561,8</b>	<b>398.881,7</b>	<b>360.544,2</b>	<b>357.953,9</b>	<b>332.338,5</b>	<b>332.620,8</b>	<b>338.275,8</b>	<b>334.959,6</b>	<b>300.394,9</b>	<b>331.091,6</b>	<b>341.763,3</b>	<b>360.256,0</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>31,7%</b>	<b>27,4%</b>	<b>31,2%</b>	<b>27,9%</b>	<b>27,4%</b>	<b>25,1%</b>	<b>24,9%</b>	<b>25,0%</b>	<b>24,5%</b>	<b>21,6%</b>	<b>23,4%</b>	<b>23,7%</b>	<b>24,6%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/2002	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2003
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>194.479,2</b>	<b>171.605,4</b>	<b>220.897,7</b>	<b>205.338,3</b>	<b>204.856,1</b>	<b>200.667,7</b>	<b>200.986,8</b>	<b>203.367,9</b>	<b>189.793,7</b>	<b>161.393,2</b>	<b>169.781,7</b>	<b>167.339,2</b>	<b>172.309,4</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>64.912,6</b>	<b>57.221,9</b>	<b>73.682,7</b>	<b>67.564,3</b>	<b>67.329,2</b>	<b>65.418,4</b>	<b>65.279,6</b>	<b>65.972,0</b>	<b>62.030,1</b>	<b>52.310,6</b>	<b>53.680,6</b>	<b>51.986,3</b>	<b>53.678,8</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.221,0	1.076,4	1.326,8	1.241,7	1.238,8	1.203,7	1.201,1	1.213,8	1.090,3	939,7	964,3	933,9	964,3
Par Bond (PB)	6.940,9	6.118,6	7.885,1	7.267,2	7.230,6	7.025,4	7.010,5	7.084,9	6.667,1	5.745,9	5.896,6	5.710,5	5.896,4
Discount Bond (DB)	7.477,7	6.591,7	8.494,9	7.949,9	7.931,3	7.706,2	7.689,9	7.771,4	7.313,2	6.302,7	6.466,0	6.261,9	6.465,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.081,3	1.834,8	2.364,5	2.212,8	2.207,6	2.145,0	2.140,4	2.163,1	2.035,6	1.619,4	1.661,8	1.609,4	1.661,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	22.421,1	19.764,7	25.471,1	23.836,9	23.781,3	23.106,4	23.057,4	23.301,9	21.928,0	18.898,2	19.393,9	18.781,8	19.393,2
Debt Conversion Bond (DCB)	13.004,6	11.463,8	14.773,7	13.825,8	13.735,6	13.345,8	13.317,5	13.458,8	12.665,2	10.915,2	11.201,6	10.848,0	11.201,2
New Money Bond (NMB)	4.999,7	4.407,3	5.679,8	4.935,7	4.924,2	4.784,4	4.774,3	4.824,9	4.540,4	3.612,1	3.706,8	3.589,8	3.706,7
Eligible Interest (EI)	6.766,3	5.964,6	7.686,7	6.294,4	6.279,7	6.101,5	6.088,5	6.153,1	5.790,3	4.277,3	4.389,5	4.251,0	4.389,4
<b>I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>129.566,6</b>	<b>114.383,5</b>	<b>147.215,0</b>	<b>137.774,0</b>	<b>137.526,9</b>	<b>135.249,3</b>	<b>135.707,2</b>	<b>137.395,8</b>	<b>127.763,5</b>	<b>109.082,6</b>	<b>116.101,1</b>	<b>115.352,9</b>	<b>118.630,7</b>
Bônus Marco Alemão 2007	1.716,8	1.520,4	1.970,3	1.848,0	1.851,9	1.892,4	1.941,8	1.970,4	1.874,6	1.653,7	1.788,9	1.681,7	1.706,5
Bônus Global 2027	11.999,8	10.578,1	13.632,2	12.757,5	12.727,8	12.366,6	12.340,3	12.471,2	11.735,9	10.114,3	10.379,6	10.052,0	10.379,3
Bônus Euroaira	1.300,6	1.151,8	1.492,6	1.399,9	1.402,9	1.433,6	1.471,0	1.492,6	1.420,1	1.252,8	1.355,2	1.274,0	1.292,7
Bônus Eurosterling 2007	805,6	704,0	918,0	857,0	850,3	854,1	871,5	842,3	796,9	693,5	728,5	711,4	717,4
Bônus Euro 2003	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.759,6	1.898,9	1.926,9	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2008	1.287,6	1.140,3	1.477,7	1.386,0	1.388,9	1.419,3	1.456,3	1.477,8	1.406,0	1.240,3	1.341,7	1.261,3	1.279,8
Bônus Global 2008	8.571,3	7.555,8	9.737,3	9.112,5	9.091,3	8.833,3	8.814,5	8.908,0	8.382,8	7.224,5	7.414,0	7.180,0	7.413,8
Bônus Global 2004	10.285,5	9.066,9	11.684,7	10.935,0	10.909,5	10.599,9	10.577,4	10.689,6	10.059,3	8.669,4	8.896,8	8.616,0	8.896,5
Bônus Euro 2004	1.645,3	1.457,1	1.888,3	1.771,0	1.774,8	1.813,6	1.860,9	1.888,3	1.796,6	1.584,9	1.714,4	1.611,7	1.635,4
Bônus Global 2009	6.857,0	6.044,6	7.789,8	7.290,0	7.273,0	7.066,6	7.051,6	7.126,4	6.706,2	5.779,6	5.931,2	5.744,0	5.931,0
Bônus Euro 2006	2.310,2	2.045,8	2.651,3	2.523,1	2.491,9	2.546,4	2.612,9	2.651,4	2.522,5	2.225,3	2.407,2	2.263,0	2.296,2
Bônus Global 2020	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5
Bônus Euro 2010	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2
Bônus Global 2030	5.485,6	4.835,7	6.231,8	5.832,0	5.818,4	5.653,3	5.641,3	5.701,1	5.365,0	4.623,7	4.745,0	4.595,2	4.744,8
Bônus Samurai 2003	7.425,9	6.628,4	8.309,3	7.719,2	7.701,2	7.728,3	7.636,0	7.830,6	7.375,7	4.850,2	4.961,3	4.795,4	4.912,2
Bônus Euro 2005	4.214,8	3.681,3	4.770,7	4.474,6	4.484,0	4.582,1	4.701,7	4.770,9	4.539,1	4.004,2	4.331,5	4.072,0	4.131,9
Bônus Global 2007	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.414,0	4.180,0	4.413,8
Bônus Global 2040	17.681,8	15.586,9	20.087,2	18.798,4	18.754,6	18.222,3	18.183,6	18.376,5	17.293,0	14.903,6	15.294,5	14.811,8	15.294,0
Bônus Euro 2007	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2
Bônus Samurai 2006	1.713,7	1.529,6	1.917,5	1.781,4	1.777,2	1.783,5	1.762,2	1.807,1	1.702,1	1.455,1	1.488,4	1.438,6	1.473,7
Bônus Global 2006	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.448,4	4.308,0	4.448,3
Bônus Euro 2011	3.357,8	2.973,6	3.853,6	3.614,4	3.621,9	3.701,2	3.797,8	3.853,7	3.666,4	3.234,4	3.498,8	3.289,2	3.337,6
Bônus Global 2024	7.371,3	6.497,9	8.374,0	7.836,8	7.818,5	7.596,6	7.580,5	7.660,9	7.209,2	6.213,1	6.376,0	6.174,8	6.375,8
Bônus Samurai 2007	2.284,9	2.039,5	2.556,7	2.375,1	2.369,6	2.377,9	2.349,5	2.409,4	2.269,5	1.940,1	1.984,5	1.918,2	1.964,9
Bônus Global 2005	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5
Bônus Global 2012	4.285,6	3.777,9	4.868,6	4.556,3	4.545,6	4.416,6	4.407,3	4.454,0	4.191,4	3.612,3	3.707,0	3.590,0	3.706,9
Euro Bond 2009	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.850,6	1.898,9	1.926,9	1.833,2	1.617,2	1.749,4	1.644,6	1.668,8
Bônus Global 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.706,9	3.706,9
Bônus Global 2010	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-5.656,7</b>	<b>-5.284,3</b>	<b>-7.107,4</b>	<b>-6.365,2</b>	<b>-6.313,7</b>	<b>-6.442,1</b>	<b>-6.393,5</b>	<b>-6.697,7</b>	<b>-6.156,8</b>	<b>-5.407,5</b>	<b>-5.925,6</b>	<b>-5.615,4</b>	<b>-5.099,8</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>69.155,8</b>	<b>60.380,5</b>	<b>75.150,2</b>	<b>70.041,2</b>	<b>72.834,3</b>	<b>69.554,3</b>	<b>69.171,0</b>	<b>69.004,9</b>	<b>66.188,9</b>	<b>57.220,7</b>	<b>60.119,1</b>	<b>56.406,1</b>	<b>56.659,8</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-1.069,8</b>	<b>-1.182,6</b>	<b>-1.126,4</b>	<b>-1.103,3</b>	<b>-1.248,5</b>	<b>-1.090,9</b>	<b>-1.110,2</b>	<b>-1.137,1</b>	<b>-1.127,4</b>	<b>-1.047,3</b>	<b>-968,8</b>	<b>-1.005,6</b>	<b>-941,9</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>256.908,5</b>	<b>225.519,1</b>	<b>287.814,1</b>	<b>267.911,0</b>	<b>270.128,2</b>	<b>262.688,9</b>	<b>262.654,1</b>	<b>264.538,0</b>	<b>248.698,4</b>	<b>212.159,1</b>	<b>223.006,4</b>	<b>217.124,3</b>	<b>222.927,5</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>20,5%</b>	<b>17,8%</b>	<b>22,5%</b>	<b>20,8%</b>	<b>20,7%</b>	<b>19,9%</b>	<b>19,6%</b>	<b>19,5%</b>	<b>18,2%</b>	<b>15,2%</b>	<b>15,7%</b>	<b>15,1%</b>	<b>15,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Jul/2002	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2003
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>806.298,3</b>	<b>799.952,0</b>	<b>831.903,3</b>	<b>821.160,9</b>	<b>832.223,7</b>	<b>840.972,1</b>	<b>872.999,6</b>	<b>888.560,4</b>	<b>898.891,6</b>	<b>899.117,2</b>	<b>923.238,8</b>	<b>935.539,1</b>	<b>960.282,5</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>575.976,6</b>	<b>554.480,1</b>	<b>567.886,3</b>	<b>555.039,5</b>	<b>562.713,0</b>	<b>557.205,4</b>	<b>575.019,4</b>	<b>584.485,6</b>	<b>600.951,0</b>	<b>604.538,0</b>	<b>623.511,6</b>	<b>635.669,3</b>	<b>657.069,6</b>
Dívida Securitizada	20.704,7	21.359,4	21.391,5	20.158,4	20.484,0	21.116,1	21.214,9	21.500,7	23.222,3	23.491,1	23.715,4	23.738,1	23.869,8
Certificados de Privatização	40,6	26,7	8,0	8,1	7,7	7,5	7,7	7,8	8,0	8,1	8,2	8,4	8,5
TDA	2.215,5	2.158,7	2.157,0	2.080,1	2.099,8	2.005,1	1.999,9	1.986,8	1.981,1	1.993,1	2.110,1	2.080,0	2.071,7
LTN	51.746,4	48.187,3	43.031,1	41.016,9	27.862,5	13.583,6	12.118,2	12.720,7	15.575,8	12.201,2	21.489,8	29.914,8	43.421,0
LFT	298.070,4	295.315,3	304.292,9	303.789,9	325.000,7	356.026,5	375.453,2	381.234,3	396.819,0	413.909,0	421.656,9	427.736,1	436.437,7
LFT-A	22.041,9	22.216,8	22.368,9	20.152,6	18.444,4	3.209,0	3.248,3	3.283,5	3.318,6	3.353,8	3.393,9	3.430,6	3.475,3
LFT-B	29.845,2	22.405,4	13.660,8	13.665,2	13.528,3	12.735,4	12.752,4	12.620,6	12.254,3	12.410,1	12.178,8	11.781,8	11.631,0
NTN-A	15.890,9	14.080,5	18.162,3	16.635,4	16.663,5	15.924,8	15.918,7	16.112,8	15.148,9	12.952,5	13.319,7	12.927,9	13.374,4
NTN-B	9.694,9	9.905,3	10.072,6	10.237,8	10.189,4	10.698,5	9.347,3	9.745,0	9.851,8	9.979,0	10.838,9	10.862,3	10.933,9
NTN-C	36.651,3	38.412,9	40.515,6	44.888,8	54.934,2	47.229,8	47.877,9	50.031,3	51.907,5	53.177,9	54.257,5	53.870,4	53.259,8
NTN-D	67.138,5	58.089,5	68.963,3	58.734,3	49.128,6	49.893,5	49.610,6	50.150,5	45.973,7	36.875,1	36.331,0	35.626,0	34.528,7
NTN-H	161,6	162,1	162,4	162,9	163,4	163,9	164,7	165,4	166,0	166,7	167,5	168,2	169,0
NTN-I	2.005,8	1.729,2	1.813,2	1.664,6	1.902,6	1.711,8	1.675,4	1.656,9	1.528,2	1.315,5	1.348,2	1.101,7	1.285,1
NTN-P	2.340,4	2.358,2	2.373,8	2.392,2	2.410,4	2.443,6	2.467,4	2.489,7	2.511,5	2.534,2	2.549,0	2.572,3	2.598,8
CFT-A	11.460,6	11.765,6	11.974,5	12.181,2	12.660,9	13.146,1	13.359,9	13.555,2	13.634,5	13.660,7	13.532,5	13.332,5	13.358,8
CFT-D	3.042,1	3.149,0	3.445,8	3.826,1	3.716,6	3.726,6	3.583,5	3.611,6	3.389,1	2.912,6	2.980,6	2.878,3	2.963,5
Demais	2.925,8	3.158,3	3.492,7	3.445,1	3.516,0	3.583,8	4.219,6	3.612,8	3.660,8	3.597,3	3.633,6	3.639,9	3.682,6
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>230.321,7</b>	<b>245.471,9</b>	<b>264.017,0</b>	<b>266.121,4</b>	<b>269.510,7</b>	<b>283.766,7</b>	<b>297.980,2</b>	<b>304.074,8</b>	<b>297.940,6</b>	<b>294.579,3</b>	<b>299.727,2</b>	<b>299.869,9</b>	<b>303.212,9</b>
LTN	63.100,0	62.334,0	65.048,6	68.406,5	57.491,8	45.725,0	47.916,1	49.501,2	50.997,4	51.231,1	57.278,6	68.076,3	81.984,8
LFT	62.017,3	101.613,3	102.733,8	106.059,9	121.600,7	141.438,1	153.890,7	157.362,6	155.649,7	163.552,9	161.388,1	153.541,5	141.396,4
NTN-D	103.508,0	76.030,5	90.648,2	85.266,7	84.013,0	90.102,1	89.579,1	90.493,4	84.481,3	72.922,5	74.264,8	71.749,2	73.472,7
Demais	1.696,4	5.494,1	5.586,5	6.388,4	6.405,2	6.501,5	6.594,4	6.717,6	6.812,1	6.872,7	6.795,8	6.502,8	6.359,0
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>45,9%</b>	<b>43,8%</b>	<b>44,4%</b>	<b>43,0%</b>	<b>43,1%</b>	<b>42,2%</b>	<b>43,0%</b>	<b>43,2%</b>	<b>43,9%</b>	<b>43,4%</b>	<b>44,0%</b>	<b>44,1%</b>	<b>44,8%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Jul/2002	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2003
<b>I. INTERNA</b>	<b>-98.067,7</b>	<b>-99.480,4</b>	<b>-101.364,7</b>	<b>-103.516,1</b>	<b>-109.023,6</b>	<b>-110.307,8</b>	<b>-115.124,5</b>	<b>-116.798,7</b>	<b>-119.231,5</b>	<b>-119.722,6</b>	<b>-120.734,4</b>	<b>-120.119,7</b>	<b>-123.094,4</b>
Dívida contratual	785,2	707,8	872,1	813,9	812,9	864,9	844,8	852,9	812,4	727,6	732,4	691,9	705,8
FAT	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9
Aplicações financeiras	-2.632,5	-2.761,3	-2.765,3	-3.476,4	-3.330,1	-3.490,4	-3.588,2	-3.689,2	-4.007,2	-4.309,7	-4.131,7	-4.316,5	-4.365,7
Fundos Regionais	-18.625,2	-18.916,2	-19.223,5	-19.674,0	-20.025,3	-20.362,3	-20.503,3	-20.625,1	-21.373,1	-21.511,8	-21.989,5	-22.182,4	-23.036,6
Demais	-6.990,8	-7.188,3	-7.302,5	-7.667,0	-7.731,8	-8.126,1	-10.452,6	-10.845,7	-10.865,5	-11.117,9	-11.033,7	-11.124,2	-11.292,0
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-1.069,8</b>	<b>-1.182,6</b>	<b>-1.126,4</b>	<b>-1.103,3</b>	<b>-1.248,5</b>	<b>-1.090,9</b>	<b>-1.110,2</b>	<b>-1.137,1</b>	<b>-1.127,4</b>	<b>-1.047,3</b>	<b>-968,8</b>	<b>-1.005,6</b>	<b>-941,9</b>
Disponibilidades	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-99.137,6</b>	<b>-100.662,9</b>	<b>-102.491,1</b>	<b>-104.619,5</b>	<b>-110.272,1</b>	<b>-111.398,8</b>	<b>-116.234,7</b>	<b>-117.935,8</b>	<b>-120.358,9</b>	<b>-120.769,9</b>	<b>-121.703,2</b>	<b>-121.125,4</b>	<b>-124.036,3</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,1%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-8,8%</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,5%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

## COMENTÁRIOS

No mês de julho de 2003, confirmando a estimativa divulgada por esta Secretaria do Tesouro Nacional, os repasses relativos aos Fundos de Participação para os Estados, o DF e os Municípios foram 16,1% menores do que aqueles ocorridos no mês anterior. Contribuiu para esse fato, principalmente, a restituição do segundo lote do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, da ordem de R\$ 900 milhões.

Os valores repassados até o mês de julho de 2003 ainda são maiores 6,0%, em valores nominais, quando comparados ao mesmo período do ano de 2002.

A partir do mês de agosto as informações relativas à previsão dos Fundos de Participação serão divulgadas pela Coordenação-Geral de Operação de Crédito de Estados e Municípios-COPEM.

Caso necessário os telefones para contato são (0xx61) 412-3116, 412-3023.

## COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **julho** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

### BASE DE CÁLCULO DO FPM

#### FPE FNO FNE FCO

I.R.R.

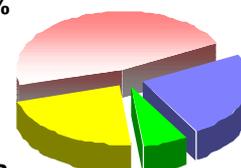
FUNTE

46%

I.R.P.  
JURÍDICA  
23%

I.R.P.  
FÍSICA  
7%

I.P.I  
24%



## DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUL	JUN	JAN A JUL	JUL/03 JUN/03	JUL/03 JUL/02	JAN A JUL/03 JAN A JUL/02
2002	1.580,0	1.445,0	12.743,4	-	-	-
2003	1.462,9	1.744,7	13.505,5	-16,1 %	-7,4 %	+6,0 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUL	JUN	JAN A JUL	JUL/03 JUN/03	JUL/03 JUL/02	JAN A JUL/03 JAN A JUL/02
2002	1.509,8	1.380,8	12.177,0	-	-	-
2003	1.397,8	1.667,2	12.905,2	-16,1%	-7,4 %	+6,0 %

(\*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

## PREVISTO X REALIZADO

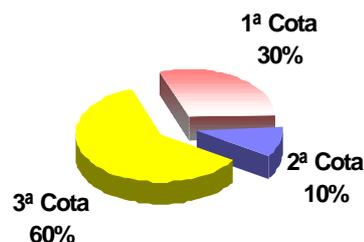
De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **julho** foram efetuados nas seguintes datas: **10/07, 18/07 e 30/07**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JUL	-15,0 %	-16,2 %	-15,0 %	-16,2 %	+1,0 %	-5,5 %

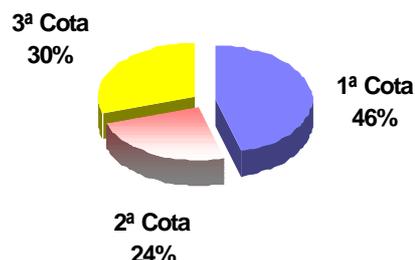
## DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

### FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



### IPI-EXP



## DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de junho a 20 de julho, conforme demonstrativo abaixo:

**R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Jun	419,1	2.806,6	3.225,7						
<b>JUL/2003</b>	<b>1.328,1</b>	<b>6.916,1</b>	<b>8.244,2</b>	<b>JUL/2003</b>	<b>6.501,6</b>	<b>1.188,2</b>	<b>1.243,4</b>	<b>114,5</b>	<b>449,3</b>
1º Dec./Jul	610,1	1.849,9	2.460,0	3º Dec./Jun.	3.225,7	589,5	616,9	35,6	219,2
2º Dec./Jul	317,6	498,4	815,9	1º Dec./Jul.	2.460,0	449,6	470,5	51,9	171,5
3º Dec./Jul	400,4	4.567,9	4.968,3	2º Dec./Jul.	815,9	149,1	156,0	27,0	58,6

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

### DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	6.833,44	40.647,37	8,63	8.416,81
AL	29.498,64	49.429,15	282,75	14.313,50
AM	17.385,50	33.154,76	3.933,47	10.015,06
AP	4.701,83	40.540,44	12,63	8.148,31
BA	112.639,83	111.643,04	5.960,06	59.971,65
CE	65.001,86	87.175,01	1.441,92	27.758,93
DF	2.665,20	8.200,76	3,45	2.241,15
ES	22.008,60	17.822,58	4.412,70	9.508,41
GO	45.645,83	33.780,92	994,03	14.724,32
MA	50.100,10	85.764,65	1.052,17	50.358,88
MG	162.032,71	52.927,13	13.066,12	45.387,39
MS	18.908,48	15.826,45	846,69	6.771,62
MT	23.646,25	27.421,83	834,63	9.933,52
PA	44.924,83	72.621,09	4.929,97	35.943,41
PB	40.127,16	56.900,38	408,81	17.309,32
PE	63.321,24	81.986,26	768,31	24.877,05
PI	30.809,96	51.345,67	76,80	17.906,57
PR	84.217,77	34.257,38	12.754,33	27.180,13
RJ	36.714,63	18.151,71	8.874,54	13.587,99
RN	30.780,73	49.640,65	413,77	14.409,48
RO	11.225,16	33.454,18	144,40	8.009,55
RR	5.924,20	29.474,99	12,79	6.264,43
RS	84.182,35	27.979,08	18.572,50	27.056,26
SC	48.540,72	15.206,23	11.714,85	14.749,37
SE	18.982,45	49.372,12	57,38	12.172,62
SP	165.397,75	11.881,72	22.895,34	47.144,05
TO	18.927,88	51.566,67	3,67	12.472,26
<b>TOTAL</b>	<b>1.245.145,13</b>	<b>1.188.172,22</b>	<b>114.476,70</b>	<b>546.632,03</b>

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

### ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Ago/Jul	Set/Ago	Out/Set
FPM	+27,0 %	-8,3 %	-6,1%
FPE	+27,0 %	-8,3 %	-6,1%
IPI-EXP	+10,0 %	+15,5 %	+8,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

### DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Nov/2002	19/12/02	Mar/2003	28/04/03
Dez/2002	27/01/03	Abr/2003	27/05/03
Jan a Dez/02	27/01/03	Mai/2003	24/06/03
Jan/2003	20/02/03	Jan a Jun/03	31/07/03
Fev/2003	25/03/03	Jun/2003	31/07/03

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

#### COMPORTAMENTO NO MÊS

As Transferências para o FUNDEF no mês de julho de 2003 apresentaram acréscimo nominal da ordem de 15,2 % em relação ao mês de junho de 2003.

Contribuiu para esse crescimento os repasses relativos ao ICMS-Estadual com variação positiva de 26,0% em relação ao mês anterior.

Esse comportamento significativo compensou os repasses originários dos Fundos de Participação que ficaram cerca de 16% menores do que os verificados no mês de julho.

R\$ Mil					
Origens	junho	Partic.	julho	Partic.	Jul/Jun
FPM	259.669,9	14,1%	217.720,8	10,3%	-16,2%
FPE	250.076,8	13,6%	209.677,5	9,9%	-16,2%
IPI-EXP	21.377,8	1,2%	20.201,8	1,0%	-5,5%
LC 87/96	39.782,7	2,2%	39.782,7	1,9%	0,0%
LC 102/00	39.782,7	2,2%	39.782,7	1,9%	0,0%
Compl. União	19.749,8	1,1%	59.249,3	2,8%	-
ICMS	1.245.154,8	67,8%	1.568.874,3	74,2%	26,0%
<b>Total</b>	<b>1.835.811,8</b>	<b>100%</b>	<b>2.115.506,3</b>	<b>100%</b>	<b>15,2%</b>

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

#### DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fundef podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 410-8648, 410-9270, 410-9295
- por meio do Fax (61) 410-9283;
- por meio de e-mail: [fundef@sef.mec.gov.br](mailto:fundef@sef.mec.gov.br) ;
- por correspondência endereçada ao:  
 Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC  
 Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501  
 70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**  
 Fone: (61) 412.3116//3118 Fax: (61) 412. 1559  
 Email: [cofin.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cofin.df.stn@fazenda.gov.br)

#### REGIÃO SUL - OS DEZ MAIORES MUNICÍPIOS EM ARRECADAÇÃO FUNDEF E VALORES PER CAPITA

Apresentamos abaixo, no Quadro I, os dez maiores municípios da Região Sul, exceto as capitais, classificados em arrecadação de FUNDEF a nível nacional, em valores absolutos. O primeiro município em arrecadação é Joinville (SC).

No Quadro II, apresentamos a classificação em arrecadação per capita dos municípios por Estado, excluídas as Capitais. A maior arrecadação per capita pertence ao Estado do Rio Grande do Sul. Nota-se que o montante de recursos do FUNDEF destinados aos municípios do Estado de São Paulo, corresponde quase a metade de toda a região sul.

QUADRO I		
MUNICÍPIOS COM MAIORES VALORES FUNDEF		
JANEIRO A JULHO 2003		
MUNICÍPIOS	UF	VALORES
JOINVILLE	SC	27.175.061,94
CAXIAS DO SUL	RS	19.452.028,46
CANOAS	RS	15.601.019,71
PELOTAS	RS	15.023.757,77
BLUMENAU	SC	14.670.631,43
GRAVATAI	RS	14.480.956,05
LONDRINA	PR	13.897.288,54
VIAMAO	RS	13.401.757,72
PONTA GROSSA	PR	13.386.525,42
FOZ DO IGUAÇU	PR	12.634.834,59

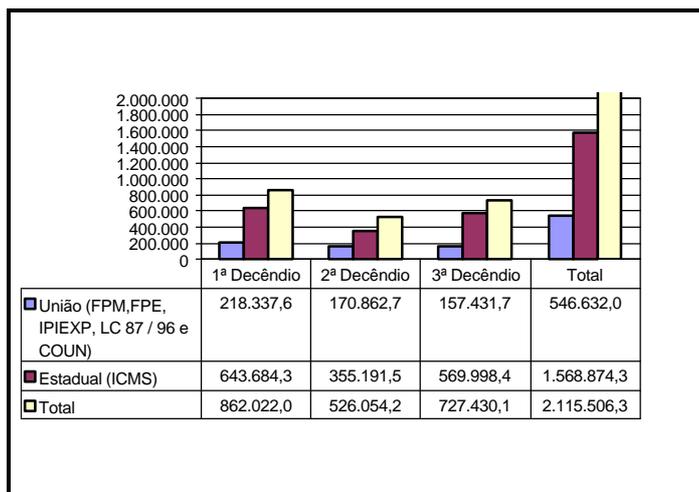
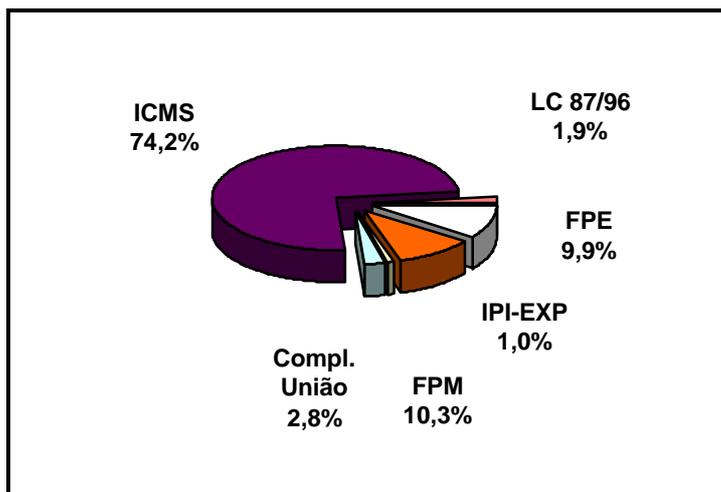
Fonte : SIAFI

QUADRO II		
ESTADOS COM VALORES FUNDEF - PER CAPITA		
JANEIRO A JULHO 2003		
ESTADO	VALORES	PER CAPITA
PARANÁ	367.529.768,15	517,07
SANTA CATARINA	237.283.402,05	603,87
RIO GRANDE SUL	440.568.005,00	648,55

Fonte : SIAFI/FUNDEF

**FUNDEF BRASIL POR ORIGEM**
**FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO**

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


**DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JULHO/2003 (EM R\$ MIL)**

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	142.334	7.173	1.206	2	0	36	2.441	10.857	76,3	668,0
AL	674.791	8.723	5.206	50	0	335	9.530	23.843	35,3	292,9
AM	698.347	5.851	3.068	694	0	402	30.966	40.981	58,7	402,0
AP	122.638	7.154	830	2	0	162	1.715	9.863	80,4	713,5
BA	3.440.155	19.702	19.878	1.052	17.858	1.483	72.893	132.865	38,6	271,0
CE	1.666.055	15.384	11.471	254	0	650	45.399	73.158	43,9	301,3
DF(2)	304.072	1.447	470	1	0	323	0	2.241	7,4	65,8
ES	517.896	3.145	3.884	779	0	1.701	34.862	44.370	85,7	552,2
GO	992.400	5.961	8.055	175	0	532	47.223	61.947	62,4	438,2
MA	1.529.025	15.135	8.841	186	25.527	670	13.805	64.164	42,0	255,6
MG	3.308.674	9.340	28.594	2.306	0	5.148	141.122	186.509	56,4	422,3
MS	447.658	2.793	3.337	149	0	493	19.749	26.521	59,2	455,1
MT	567.420	4.839	4.173	147	0	774	31.697	41.630	73,4	489,4
PA	1.559.147	12.815	7.928	870	12.589	1.741	31.070	67.014	43,0	281,6
PB	794.932	10.041	7.081	72	0	115	15.213	32.522	40,9	315,0
PE	1.577.542	14.468	9.736	136	0	538	39.805	64.682	41,0	305,0
PI	730.910	9.061	5.437	14	3.275	120	7.120	25.026	34,2	269,7
PR	1.573.023	6.045	14.862	2.251	0	4.022	82.243	109.424	69,6	528,7
RJ	2.011.227	3.203	6.479	1.566	0	2.340	147.137	160.725	79,9	554,8
RN	567.686	8.760	5.432	73	0	144	13.940	28.349	49,9	408,2
RO	299.607	5.904	1.981	25	0	99	13.869	21.878	73,0	479,9
RR	74.129	5.201	1.045	2	0	15	2.528	8.792	118,6	959,6
RS	1.579.414	4.937	14.835	3.277	0	4.006	166.028	193.084	122,3	651,9
SC	887.879	2.683	8.566	2.067	0	1.433	60.743	75.493	85,0	609,3
SE	389.133	8.713	3.350	10	0	100	8.853	21.025	54,0	449,0
SP	5.244.645	2.097	28.637	4.040	0	12.370	522.094	569.238	108,5	717,2
TO	279.768	9.100	3.340	1	0	31	6.830	19.302	69,0	553,2
<b>Total</b>	<b>31.980.507</b>	<b>209.677</b>	<b>217.721</b>	<b>20.202</b>	<b>59.249</b>	<b>39.783</b>	<b>1.568.874</b>	<b>2.115.506</b>	<b>66,1</b>	<b>454,3</b>

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.